

PREFEITO MARCELO QUEIROZ
PARTIDO PROGRESSISTAS - PP

PREFEITO
marcelo
queiroz
VICE TERESA BERGHER

VICE-PREFEITA TERESA BERGHER
FEDERAÇÃO PSDB/CIDADANIA

PLANO DE GOVERNO

COLIGAÇÃO "O RIO TEM OPÇÃO"



PARTIDO PROGRESSISTAS - PP
| FEDERAÇÃO PSDB/CIDADANIA - 2024

BIOGRAFIA

Prefeito Marcelo Queiroz

Marcelo Queiroz nasceu em 3 de novembro de 1984, na cidade do Rio de Janeiro. É advogado formado pela PUC-Rio, mestre em Economia pelo IBMEC-RJ, pós-graduado em Direito Fiscal pela PUC-Rio e em Gerência e Gestão de Projetos pela UFRJ. Kursou o programa *Strengthening Political Youth Organizations* da Fundação *Friedrich Naumann Stiftung*, em *Gummersbach*, na Alemanha, e foi aluno do Colégio Santo Inácio.

Ingressou na política através do movimento estudantil. Foi presidente da Atlética de Direito da PUC-Rio (2005), do Centro Acadêmico Eduardo Lustosa (CAEL) (2006) e do Diretório Central de Estudantes da PUC-Rio (2007 e 2008). Presidiu a Junior Chamber International (JCI) do Rio de Janeiro e liderou a passeata contra a corrupção no Senado, que reuniu cinco mil pessoas em 2007.

Iniciou sua carreira política em 2012, quando foi eleito o vereador mais jovem da legislatura 2013/2016 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, apresentando projetos como o ProUni do Esporte Universitário que prevê isenção de Imposto sobre Serviços (ISS) em troca de bolsas de estudos para alunos atletas, a regulamentação dos “*Food Trucks*”, o programa Adote o Rio que possibilita a adoção de equipamentos públicos e de áreas verdes complementares por pessoas jurídicas e/ou pessoas físicas, a criação do Parque Sustentável da Gávea, o Código de Defesa do Contribuinte que prevê o equilíbrio da relação entre Fisco e contribuintes, bem como o projeto que admite assinatura eletrônica na apresentação de projetos de iniciativa popular, entre outros.

Exerceu o cargo de Secretário de Administração da Prefeitura do Rio de Janeiro, de 2015 até o fim de 2016, alcançando uma importante economia nas contas públicas ao aprimorar processos e aumentar a transparência. Durante sua gestão, economizou 140 milhões de reais em dois anos por meio de um planejamento eficiente que evitou licitações emergenciais, centralizou as compras e reestruturou os termos de referência, permitindo economias de escala nos itens adquiridos pela prefeitura. Esses esforços permitiram economizar o valor equivalente à construção de 40 Clínicas da Família. Além disso, implementou uma sala de pregão monitorada por câmeras, garantindo maior segurança e eficiência nas licitações.

Na época, não se candidatou à reeleição ao cargo de vereador devido a problemas de saúde, enfrentando a árdua batalha cotidiana da hemodiálise e submetendo-se a uma cirurgia de transplante de rim. Após sua recuperação, fundou o Instituto Grupo de Apoio ao Transplante de Órgãos (G.A.T.O.).

Assumiu o mandato de deputado estadual em 2018, com uma atuação muito focada no turismo como alavanca para o desenvolvimento econômico do estado. Em 2019, colocou como condição para sua volta à prefeitura a recriação da Secretaria de Meio Ambiente, uma das mais tradicionais e simbólicas do Rio de Janeiro. Durante sua gestão, viabilizou e plantou a Floresta dos Atletas, que recebeu 13.725 mudas de 207 espécies nativas da Mata Atlântica, cumprindo uma promessa feita durante a Olimpíada Rio 2016, sendo eleito pelos seus pares

presidente da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA-Brasil).

Assumiu a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro em outubro de 2019, permanecendo até abril de 2022. Durante este período, foi responsável por manter o abastecimento de alimentos em todo o estado durante a pandemia.

Criou o RJPET, a primeira política pública do Estado do Rio de Janeiro para animais, que se tornou o maior programa de castração gratuita do mundo, com cerca de meio milhão de castrações de cães e gatos.

Foi eleito Deputado Federal em 2022, pelo Progressistas-RJ, com 73.728 votos. No primeiro ano de seu mandato na Câmara dos Deputados, assumiu a presidência da Comissão de Cultura e, atualmente, é membro titular das comissões de Meio Ambiente, Finanças e Tributação, Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Comunicação, bem como membro suplente da Comissão do Trabalho. Também é o proponente e presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Doação de Órgãos e Tecidos, além de ter criado a Frente Parlamentar de Apoio ao Esporte Escolar e Universitário.

Desde 2023, Marcelo Queiroz apresentou mais de 550 propostas legislativas de sua autoria, incluindo projetos de lei, requerimentos, complementação de voto e pareceres. Seu foco está nos direitos dos animais e na preservação do meio ambiente, no apoio à cultura e ao esporte, e no aprimoramento das políticas para mulheres e populações vulneráveis.

Vice-Prefeita Teresa Bergher

A professora Teresa Bergher iniciou sua carreira política há cerca de 35 anos, ao lado de seu marido, o falecido deputado Gerson Bergher. Com uma trajetória marcada pela dedicação ao serviço público, Teresa foi subprefeita de Copacabana e administradora regional da Maré. Em seu quinto mandato parlamentar, é reconhecida como uma das mais rigorosas fiscais da execução orçamentária do município, sendo responsável por diversas denúncias ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Município e à imprensa, como os desvios da OS Biotech, irregularidades na Casa Espírita Tesloo, o aumento do custo da obra dos piscinões da Praça da Bandeira, mas com diminuição da capacidade de armazenamento do projeto inicial, entre tantos outros desmandos.

Como legisladora, Teresa Bergher é autora de várias leis relevantes, como as que instituíram a semana de luta contra o câncer de mama, a proibição do uso de água potável para limpar calçadas, a determinação de que banheiros de estabelecimentos comerciais sejam abertos ao cidadão e a que estabelece diretrizes para a inclusão de alunos com deficiência nas escolas municipais. Ela também proibiu a cobrança de ingresso no sambódromo para ensaios técnicos e determinou a divulgação na internet de todo o material apreendido pela fiscalização ou pela Guarda Municipal.

Teresa foi criadora do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal e sua primeira presidente; hoje ocupa sua vice-presidência. Preside a Comissão de Defesa

dos Direitos Humanos e é vice-presidente da Comissão de Assuntos Urbanos. Líder do PSDB, a vereadora Teresa Bergher é conhecida por denunciar malfeitos, lutar por projetos e causas de interesse do cidadão, combater privilégios e fiscalizar o mau uso do dinheiro público.

Ainda na luta pela ética parlamentar e contra os gastos excessivos de recursos públicos, Teresa foi a primeira vereadora a dizer não aos carros oficiais para vereadores. Também se destacou ao cobrar na justiça a devolução do dinheiro gasto na ciclovia Tim Maia, que desabou, resultando em duas mortes, e exigiu que as empresas responsáveis fossem consideradas inidôneas.

Foi Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos, tendo se exonerado para defender o cidadão e votar contra o aumento abusivo do IPTU, em 2017. Durante a pandemia da COVID-19 denunciou a Secretaria de Educação pela compra irregular e superfaturamento de álcool gel, obrigando a Prefeitura a prestar contas ao cidadão a respeito dos equipamentos comprados durante o período.

Um dos exemplos mais notórios de sua atuação ocorreu em 2015, quando suas inspeções e denúncias levaram à interdição do Zoológico do Rio, devido às precárias condições em que os animais eram mantidos. Teresa, enquanto membro da Comissão de Defesa dos Animais, também conseguiu aumentar os recursos para a Secretaria de Defesa dos Animais e garantiu a vacinação de cães contra a Leishmaniose.

Teresa é conhecida por denunciar irregularidades e lutar por causas de interesse do cidadão, como a instalação de ar-condicionado em todos os ônibus da cidade, a revisão da "Racionalização das Linhas de Ônibus", a circulação de mais coletivos à noite e o saneamento básico nas comunidades carentes. Ela também é autora da Lei 6.506/2019, que institui o portal da transparência no município do Rio de Janeiro.

Reconhecidamente uma das mais assíduas e tenazes parlamentares, Teresa se junta a Marcelo Queiroz como candidata a vice-prefeita, trazendo sua vasta experiência e compromisso com a transparência e a ética para a gestão municipal, visando construir um futuro melhor para a cidade.

APRESENTAÇÃO

Com dedicação e humildade, apresenta-se o plano de governo "11 Pontos para o Progresso do Rio" com o objetivo de tornar a cidade um lugar mais seguro, próspero, inclusivo e sustentável. A trajetória de Marcelo Queiroz como advogado, político e defensor do desenvolvimento socioeconômico e ambiental proporcionou-lhe experiências valiosas que moldaram sua visão para o futuro da metrópole. Desde os primeiros passos no movimento estudantil, como o vereador mais jovem eleito na legislatura de 2013 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, até os desafios enfrentados como Deputado Federal, ele sempre manteve o compromisso de servir ao povo carioca com paixão e determinação.

Teresa Bergher, por sua vez, traz consigo uma vasta experiência de mais de 35 anos na vida pública, marcada pela defesa incansável da transparência e da ética. Como vereadora em seu quinto mandato, destacou-se como uma das mais rigorosas fiscais da execução orçamentária do município, sendo responsável por diversas denúncias que visaram à proteção do interesse público e à correta aplicação dos recursos municipais.

Neste momento de decisão, enfrentam-se desafios urgentes que demandam ação decisiva e um compromisso inabalável. Desde a luta incansável contra a desigualdade, passando pela segurança e a preservação de preciosos recursos naturais, até o estímulo ao empreendedorismo e à inovação, o plano de governo reflete a convicção de que, juntos, é possível construir um Rio de Janeiro mais seguro, próspero, justo, inclusivo e sustentável para todos os seus habitantes.

Desenvolvidas com base na experiência como gestores públicos, na colaboração com pessoas que conhecem e amam o Rio, e no aconselhamento de especialistas setoriais, apresentam-se onze propostas fundamentais que delineiam a visão estratégica para o futuro da cidade. Ao longo das próximas páginas, detalha-se cada uma dessas propostas, explicando as estratégias claras e mensuráveis que se planejam implementar para alcançar objetivos comuns.

Marcelo e Teresa comprometem-se a enfrentar esses desafios com a mesma paixão e determinação que os trouxeram até aqui, sempre colocando os interesses da cidade e de seus moradores em primeiro lugar.

SUMÁRIO

Introdução	7
Compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos	7
11 Pontos para o Progresso do Rio	8
1. Valorização do Servidor	8
2. Transparência e Mais Credibilidade para o Rio	13
3. Modernização da Saúde Municipal	17
4. Casa para Todos	23
5. Educação Cidadã	25
6. Rio Inteligente	29
7. Transporte Digno	32
8. Descentralização Econômica	37
9. Turismo, Cultura, Esportes e Grandes Eventos como Identidades do Rio	41
10. Rio Sustentável, Social e Inclusivo e Equitativo	49
11. Rio, Capital dos Animais	62
Considerações Finais	66

• INTRODUÇÃO

O plano de governo denominado "11 Pontos para o Progresso do Rio" apresenta um conjunto de medidas estratégicas voltadas para transformar a cidade em um modelo de eficiência, transparência e sustentabilidade. Ele visa responder diretamente aos desafios enfrentados pelo município, abordando áreas críticas como serviço público, saúde, segurança, transparência, educação, habitação, transporte, economia, turismo, inclusão social, meio ambiente, animais, entre outras.

Marcelo Queiroz e Teresa Bergher comprometem-se a cumprir integralmente os quatro anos de mandato, assegurando estabilidade e continuidade administrativa. Sua gestão pretende ser de união, focada exclusivamente no bem-estar da população do Rio de Janeiro, evitando posições extremas que apenas dividem a sociedade e atrasam o progresso.

Um ponto fundamental é o respeito aos compromissos assumidos com as ideias sugeridas pelas forças políticas que compõem a chapa, ao longo de toda gestão. Além disso, a vice-prefeita terá uma participação ativa no dia a dia da gestão, especialmente nas medidas de aprimoramento de transparência e integridade.

Marcelo Queiroz e Teresa Bergher enfatizam respeito à democracia e ao legislativo carioca, reconhecendo-o como o legítimo representante da população. Esse compromisso visa fortalecer o diálogo e o respeito institucional com o Poder Legislativo, que será um parceiro constante na implementação de políticas voltadas para o desenvolvimento da cidade.

Com essas premissas, o plano de governo de Marcelo Queiroz e Teresa Bergher se apresenta como uma alternativa proativa e eficaz, oferecendo soluções concretas para os problemas do município e promovendo uma administração pública de excelência. Através de uma gestão comprometida com a transparência, inclusão e respeito às instituições democráticas, busca-se transformar o Rio de Janeiro em um exemplo de boa governança e desenvolvimento sustentável.

• COMPROMISSO COM A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS CIDADÃOS

O compromisso principal é melhorar a qualidade de vida dos cidadãos do Rio de Janeiro, por meio de iniciativas delineadas em 11 pilares estratégicos. Esses pilares incluem a valorização dos servidores públicos, a promoção da transparência nos gastos governamentais, a modernização dos serviços de saúde e a expansão da educação. Além disso, foca-se no fortalecimento da segurança, no estímulo ao turismo e à cultura, no desenvolvimento econômico descentralizado, na melhoria da mobilidade urbana, na criação de uma cidade inteligente e sustentável, bem como na promoção da inclusão social e equidade.

Com uma abordagem integrada e comprometida com a eficiência e transparência, buscam-se não só soluções para os desafios imediatos, mas também promover mudanças estruturais que contribuam para construir um futuro seguro, próspero, inclusivo e sustentável para todos os cariocas. Com uma governança responsável e baseada em dados, a gestão de Marcelo Queiroz e Teresa Bergher dedicar-se-á a transformar o Rio de Janeiro em uma cidade onde cada indivíduo possa prosperar, desfrutando de um ambiente seguro, saudável e culturalmente rico, impulsionado por inovação e respeito ao meio ambiente.

• 11 PONTOS PARA O PROGRESSO DO RIO

O plano de governo de Marcelo Queiroz e Teresa Bergher para a prefeitura do Rio de Janeiro, denominado "11 Pontos para o Progresso do Rio", apresenta um conjunto de diretrizes e prioridades que visam transformar a cidade em um modelo de eficiência, transparência e sustentabilidade. Cada um dos onze itens do plano foi cuidadosamente elaborado para responder aos desafios enfrentados pelo município e promover o bem-estar da população.

As ações propostas abrangem desde a valorização dos servidores públicos até a promoção de um ambiente social inclusivo e sustentável. Abaixo, são detalhados cada uma dessas prioridades e princípios:

1. Valorização do Servidor;
2. Transparência e Mais Credibilidade para o Rio;
3. Modernização da Saúde Municipal;
4. Casa para Todos;
5. Educação Cidadã;
6. Rio Inteligente;
7. Transporte Digno;
8. Descentralização Econômica;
9. Turismo, Cultura, Esportes e Grandes Eventos como Identidades do Rio;
10. Rio Sustentável, Social e Inclusivo e Equitativo;
11. Rio, Capital dos Animais.

1. VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

A valorização do servidor público é um pilar fundamental do plano de governo "11 Pontos para o Progresso do Rio". Este conjunto de propostas visa garantir condições de trabalho dignas, remuneração justa, oportunidades de capacitação e um reconhecimento efetivo do desempenho.

Diretrizes para a Valorização dos Servidores:

- Recriação da Secretaria Municipal de Administração (SMA) que será responsável por extinguir secretarias supérfluas, como órgão centralizador e coordenador das atividades administrativas da prefeitura, fundamental para a economia de recursos públicos e eficiência nos processos de compras. Visa também fortalecer a gestão de recursos humanos e, dessa forma, garantir o funcionamento eficiente e eficaz da administração pública municipal, através da implementação de políticas, normas e procedimentos que objetivem a otimização dos serviços prestados aos cidadãos.
- Reconhecimento inequívoco do papel fundamental desempenhado pelos servidores públicos no funcionamento eficiente e eficaz do município, sendo eles a espinha dorsal dos serviços prestados à população.
- Compromisso com a melhoria contínua das condições de trabalho dos servidores, garantindo um ambiente laboral seguro, digno e propício ao desenvolvimento pessoal e profissional.
- Garantia de remuneração justa, com revisões salariais anuais atualizadas pela inflação, respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Implementação de políticas de incentivo à capacitação e desenvolvimento profissional dos servidores, por meio de programas de treinamento, cursos de atualização e oportunidades de qualificação, visando aprimorar suas habilidades e competências.
- Estabelecimento de canais de comunicação eficientes e transparentes entre a gestão municipal e os servidores, para garantir o diálogo constante, a valorização das contribuições dos funcionários e a resolução ágil de eventuais problemas ou conflitos.
- Promoção de ações de reconhecimento e valorização dos servidores públicos, premiando aqueles que se destacam pelo seu desempenho, dedicação e comprometimento com o serviço à comunidade.
- Estímulo à qualidade de vida dos servidores, oferecendo benefícios como plano de saúde, auxílio-alimentação, auxílio-transporte e programas de bem-estar, visando o equilíbrio entre vida pessoal e profissional e o aumento da satisfação no trabalho.
- Fiscalização para o cumprimento rigoroso das normas estatutárias, da legislação municipal e dos planos de cargos e salários de cada categoria, como forma de reconhecer o papel essencial do servidor público na prestação de serviços à população.
- Redução da terceirização, e revisão dos processos de contratação e transparência, principalmente nas atividades essenciais, como nas áreas de saúde e educação.

Proposta 1: Recriação, no primeiro dia de governo, da Secretaria Municipal de Administração e extinção de secretarias supérfluas.

Ações estruturantes:

- Recriar a Secretaria Municipal de Administração (SMA), como órgão centralizador e coordenador das atividades administrativas da prefeitura, fundamental para a economia de recursos públicos e eficiência nos processos de compras. Implementar, por meio de parcerias com Instituições de Ensino Público e Privadas, Programa de Capacitação Contínua dos servidores públicos, com cursos presenciais e online.
- Utilizar a Secretaria Municipal de Administração (SMA) para reorganizar o organograma da Prefeitura do Rio com a extinção de secretarias supérfluas.
- Fortalecer o Sistema Municipal de Administração para gerenciar todas as atividades administrativas, incluindo a gestão de pessoal, material, compras e patrimônio.
- Desenvolver e implementar um plano de sustentabilidade para a administração pública, com metas claras de redução de desperdícios e promoção de práticas sustentáveis, como programas de reciclagem e uso eficiente de energia.
- Criar um fórum permanente para discutir e implementar inovações e melhorias nos processos administrativos.

Proposta 2: Implementação de programas de bem-estar e saúde ocupacional, bem como a melhoria do plano de saúde, benefícios e prêmios oferecidos ao servidor municipal.

Ações estruturantes:

- Renegociar os planos de saúde, buscando melhores condições e uma rede credenciada mais ampla e de melhor qualidade.
- Revisar e ampliar os benefícios de auxílio-alimentação e auxílio-transporte, garantindo que sejam suficientes para cobrir as necessidades básicas dos servidores.
- Desenvolver programas de atividades físicas, apoio psicológico e campanhas de saúde preventiva.
- Criar iniciativas de promoção de hábitos saudáveis, como campanhas de alimentação equilibrada e prevenção ao estresse.
- Promover uma cultura organizacional saudável e inclusiva, com a implementação de políticas de diversidade e inclusão no ambiente de trabalho.
- Reformular o programa "Acordo de Resultados" para estabelecer critérios de avaliação mais objetivos e equânimes, como forma de garantir transparência e justiça na distribuição dos prêmios.
- Renovar o mobiliário dos escritórios, substituindo mesas e cadeiras que não estejam em boas condições de uso por equipamentos ergonomicamente adequados.

- Atualizar o parque tecnológico com a aquisição de novos computadores e equipamentos, garantindo que os servidores tenham as ferramentas necessárias para desempenhar suas funções eficientemente.
- Criar espaços de desconpressão nos locais de trabalho, como áreas de descanso e lazer, para promover o bem-estar mental e físico dos servidores.
- Apoiar o Coral do Servidor.
- Ampliar convênios que ofereçam descontos nos mais diversos serviços e estabelecimentos para o servidor público.

Proposta 3: Fiscalização para o cumprimento rigoroso das normas estatutárias, da legislação municipal e dos planos de cargos e salários de cada categoria.

Ações estruturantes:

- Implementar programa de eficiência administrativa e um sistema de monitoramento contínuo das atividades administrativas para identificar irregularidades rapidamente.
- Reestruturar a Controladoria Geral do Município (CGM) com novas contratações por meio de concursos públicos.
- Capacitar continuamente os auditores e técnicos da CGM com cursos e treinamentos atualizados.
- Atualizar e modernizar os equipamentos e sistemas utilizados pela CGM para garantir auditorias eficientes e precisas.
- Realizar auditorias regulares para identificar e corrigir ineficiências e desperdícios.
- Introduzir práticas de gestão baseadas em resultados e performance.
- Publicar decreto municipal que regulamente os critérios, procedimentos e condições para a conversão da licença especial não gozada em indenização, assegurando transparência e equidade na aplicação da medida.

Proposta 4: Garantia do reajuste anual vinculado à inflação, respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ações estruturantes:

- Instituir lei municipal como garantia de reajuste salarial periódica, assegurando previsibilidade e estabilidade para os servidores.
- Realizar estudos salariais periódicos para assegurar que a remuneração esteja competitiva e justa.
- Divulgar amplamente as diretrizes da nova lei e a memória de cálculo para apuração dos índices de reajuste aplicados.

Proposta 5: Redução da terceirização em atividades essenciais.

Ações estruturantes:

- Revisar contratos vigentes de terceirização para identificar áreas críticas.
- Internalizar serviços essenciais por meio de concursos públicos.
- Estabelecer um sistema de monitoramento e avaliação para garantir a eficiência e qualidade dos serviços internalizados.

Proposta 6: Estabelecimento de critérios mais rigorosos para nomeação de cargos em comissão.

Ações estruturantes:

- Definir requisitos mínimos de acordo com as atribuições desejadas para o referido cargo em comissão.
- Criar métricas para avaliação dos cargos em comissão de modo a sugerir, aos Secretários, elevação dos ganhos para os eficientes e demissão para os ineficientes.
- Criar banco de currículo para os ocupantes de cargos comissionados que se destacarem.
- Estabelecer um comitê de avaliação para analisar e aprovar nomeações.
- Promover auditorias regulares para garantir a conformidade com os critérios estabelecidos.

Proposta 7: Criar a Universidade do Servidor.

Ações estruturantes:

- Formar parcerias com universidades e instituições de ensino renomadas para oferta de cursos de graduação, pós-graduação, MBA, mestrado e doutorado.
- Capacitar os servidores públicos em técnicas de gestão eficiente e uso racional dos recursos.
- Integrar conteúdos de inovação, tecnologia e gestão moderna, capacitando os servidores para enfrentar os desafios contemporâneos do setor público.
- Garantir que todos os servidores tenham acesso igualitário às oportunidades de capacitação.

Proposta 8: Plano de Capitalização e Sustentabilidade do Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro (FUNPREVI).

Ações estruturantes:

- Direcionar todas as amortizações de empréstimos imobiliários do Previ-Rio para o Funprevi.
- Revisar a Lei n.º 5.300/2011 e implementar novo plano de capitalização que garanta a solvência do Funprevi.

- Melhorar a transparência e a governança do Funprevi, com a criação de um comitê de fiscalização independente e a divulgação periódica de relatórios de desempenho e situação financeira do fundo.
- Desenvolver um plano estratégico de longo prazo para o Funprevi, incluindo cenários econômicos, demográficos e financeiros, para garantir que o fundo possa enfrentar futuras crises e desafios de forma robusta.
- Realizar estudos para diversificar as fontes de receita do Funprevi, como a exploração de parcerias público-privadas para investimentos imobiliários que gerem renda e investir em projetos de infraestrutura urbana que possam gerar retorno financeiro ao fundo.

2. TRANSPARÊNCIA E MAIS CREDIBILIDADE PARA O RIO

A transparência na gestão dos recursos públicos é essencial para garantir a confiança na administração municipal. O compromisso com a transparência abrange diversas medidas fundamentais para assegurar que os recursos sejam utilizados de maneira responsável e eficiente.

Diretrizes para a Transparência e Mais Credibilidade:

- Divulgar nomes e remunerações dos profissionais contratados por Organizações Sociais (OS) e empresas terceirizadas, promovendo transparência completa sobre os gastos com pessoal.
- Publicar todos os contratos e convênios celebrados pela Prefeitura no Portal da Transparência, assegurando acesso fácil e completo aos termos, valores e partes envolvidas em cada contrato.
- Adotar e integrar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) em todas as unidades da Administração Direta e Indireta, facilitando a gestão documental e promovendo eficiência na tramitação de processos.
- Incorporar princípios de sustentabilidade ambiental em todas as operações da administração municipal, estabelecendo diretrizes claras para promover práticas sustentáveis em todas as suas atividades.
- Realizar a transformação digital completa do Serviço 1746, oferecendo múltiplos canais de acesso e integrando tecnologias avançadas para melhorar a eficiência e a resposta aos cidadãos.
- Criar um canal dedicado e seguro para denúncias e transparência ética, permitindo que os cidadãos reportem irregularidades de forma confidencial e recebam resposta sobre as ações tomadas.
- Estabelecer uma Agenda Participativa do Prefeito, assim como Secretários Municipais, Presidentes de Autarquias e Fundações, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas, com reuniões regulares com representantes comunitários e sindicais para discutir prioridades locais e garantir uma governança mais inclusiva.

- Implementar um sistema participativo para avaliação contínua das metas municipais pelos cidadãos, utilizando métricas que permitam à população avaliar as metas estabelecidas pela prefeitura e priorizar os investimentos de acordo com suas necessidades e avaliações.
- Desenvolver um Programa de Satisfação do Usuário para coletar avaliação regular sobre os serviços públicos, ajustando políticas e procedimentos para melhorar a eficiência e a qualidade do atendimento.
- Criar um grande portal com o retorno da avaliação dos serviços municipais e incentivar a análise desses dados pelas universidades cariocas.

Proposta 1: Disponibilização dos nomes e salários dos profissionais contratados pelas OS e terceirizadas.

Ações estruturantes:

- Ampliar as informações do Portal da Transparência, com a instituição de decreto que torne obrigatória a inclusão de nomes e remunerações dos profissionais contratados por Organizações Sociais e empresas terceirizadas, como já acontece com os servidores concursados e comissionados. O PL 1574/2024, de autoria do Deputado Federal Marcelo Queiroz, na Câmara dos Deputados, é uma contribuição importante nessa direção, ajudando a garantir maior transparência e acesso à informação por parte da população.
- Estabelecer diretrizes claras e regulares para a atualização e manutenção dessas informações no portal de transparência municipal.
- Implementar mecanismos de verificação e auditoria para garantir a precisão e integridade dos dados disponibilizados.
- Promover campanhas de conscientização pública sobre a importância da transparência nas contratações de serviços terceirizados e nas OS.

Proposta 2: Disponibilização de todos os contratos firmados pela Prefeitura no Portal da Transparência.

Ações estruturantes:

- Digitalizar todos os contratos e convênios firmados pela Prefeitura, bem como seus termos de referência e respectivas prestações de contas, e disponibilizá-los de forma acessível e clara no Portal da Transparência.
- Aprimorar pesquisa inteligente referente aos contratos firmados pela Prefeitura e disponibilizá-los de forma acessível e clara no Portal da Transparência.
- Implementar um sistema automatizado para a publicação regular e atualização dos contratos, incluindo detalhes como valores, vigência e partes envolvidas.
- Estabelecer políticas de acesso aberto e fácil consulta aos contratos, promovendo a participação cidadã na fiscalização dos gastos públicos.
- Garantir a segurança e integridade das informações contratuais, adotando medidas robustas de proteção de dados e transparência.

Proposta 3: Implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Ações estruturantes:

- Migrar o Processo.Rio para o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), já utilizado em outros órgãos públicos (Estado e Governo Federal, por exemplo), para todas as unidades da Administração Direta e Indireta do município.
- Integrar o SEI com outros sistemas municipais relevantes para garantir fluxos de trabalho eficientes e integrados.
- Capacitar servidores e gestores na utilização do SEI, oferecendo suporte técnico contínuo e atualizações periódicas do sistema.
- Monitorar e avaliar regularmente a eficácia do SEI na redução de burocracia, aumento da eficiência administrativa e melhoria da transparência nos processos internos.

Proposta 4: Incorporação do princípio da sustentabilidade ambiental em todas as ações da Administração Direta e Indireta.

Ações estruturantes:

- Desenvolver e implementar diretrizes ambientais claras e abrangentes para orientar todas as atividades da Administração Direta e Indireta.
- Estabelecer metas e indicadores de sustentabilidade ambiental para monitorar e avaliar o desempenho ambiental do município.
- Integrar práticas sustentáveis em todas as etapas dos processos administrativos, desde a aquisição de materiais até a gestão de resíduos.
- Promover programas educativos e de conscientização ambiental entre servidores, colaboradores e a população, visando a adoção de comportamentos sustentáveis.
- Adotar o uso de energias alternativas e de economia de recursos ambientais nos imóveis da Prefeitura.

Proposta 5: Foco na Resolução dos Atendimentos do Serviço 1746.

Ações Estruturantes:

- Garantir o pleno funcionamento do serviço, com execução eficiente das demandas e estabelecimento de metas claras para avaliação do cumprimento e satisfação dos cidadãos.
- Integração com Serviços de Geolocalização e Mídias Sociais para que os cidadãos possam reportar problemas com precisão.
- Permitir que o cidadão possa se opor ao encerramento, pela administração, de sua demanda, de forma a preservar a fidedignidade das estatísticas.
- Vincular a resolução dos problemas do serviço ao Acordo de Resultados de cada órgão envolvido.
- Garantir a impessoalidade da administração não permitindo de modo algum a criação de canais paralelos como por exemplo: grupos de Whatsapp e/ou numero de

Whatsapp pessoal que tenha como objetivo a intermediação para facilitar acesso ao serviço público gratuito e universal.

Proposta 6: Criação do Canal de Transparência e Ética.

Ações Estruturantes:

- Desenvolver uma plataforma digital segura e anônima para recebimento de denúncias, bem como para fornecer uma linha direta via telefone e internet para acesso fácil e discreto.
- Criar a Comissão de Transparência e Ética para coordenar as atividades pertinentes.
- Selecionar membros da sociedade civil e especialistas em ética e integridade para compor a comissão.
- Divulgar amplamente o canal através de mídias sociais, rádio e TV.
- Publicar relatórios periódicos sobre as denúncias recebidas e as medidas tomadas.

Proposta 7: Promoção da Agenda Participativa do Prefeito, assim como Secretários Municipais, Presidentes de Autarquias e Fundações, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas.

Ações Estruturantes:

- Agendar encontros mensais com representantes de cada bairro para discutir prioridades e soluções específicas.
- Garantir que as vozes das comunidades sejam ouvidas e consideradas nas decisões municipais.
- Manter um diálogo contínuo com sindicatos e associações de servidores públicos.
- Publicar a agenda de reuniões com antecedência para garantir transparência.

Proposta 8: Implementação do Sistema de Avaliação Participativa de Metas.

Ações Estruturantes:

- Criar um portal online para que a população possa avaliar os serviços públicos de forma contínua.
- Publicar regularmente relatórios de desempenho e cumprimento das metas estabelecidas.
- Desenhar um novo modelo de Acordo de Resultados que leve em consideração os resultados obtidos a partir das novas demandas populares.

Proposta 9: Implementação do Programa de Satisfação do Usuário.

Ações Estruturantes:

- Desenvolver uma plataforma para receber resposta instantânea dos usuários.
- Enviar pesquisas de satisfação por SMS, e-mail ou aplicativo após a utilização dos serviços públicos, seguindo as normas da lei de proteção de dados.

- Coletar avaliação detalhada sobre eficiência, cordialidade e resolução de problemas.
- Realizar ajustes nas políticas e procedimentos com base na avaliação recebida.

Proposta 10: Democratização do acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil (SIAFIC Carioca).

Ações Estruturantes:

- Disponibilizar acesso para fins de consulta ao novo sistema de Administração Financeira e Contábil da Prefeitura.
- Garantir o acesso da população à execução orçamentária da Prefeitura, bem como aos contratos e afins, com as mesmas informações disponibilizadas no SIAFIC Carioca, utilizando linguagem simples.

Proposta 11: Centralizar as informações de toda a Prefeitura em páginas mais simples

Ações Estruturantes:

- Unificar diversos sistemas da Prefeitura: Nota Carioca, Carioca Digital, 1746 e outros que, hoje, atuam de forma sincronizada.

3. MODERNIZAÇÃO DA SAÚDE MUNICIPAL

A modernização da saúde municipal do Rio de Janeiro visa aprimorar os serviços oferecidos à população por meio de medidas inovadoras e tecnológicas, com empatia e humanização. Como principal medida serão criados cinco centros de especialidade na cidade, um por área de planejamento (AP) como forma de agilizar o atendimento, diminuir a fila no SISREG e oferecer um serviço humano e transparente. A implementação de um prontuário eletrônico digital integrado em todas as unidades de saúde proporcionará uma gestão mais eficiente dos registros médicos, garantindo maior precisão no tratamento dos pacientes e melhor comunicação entre os profissionais de saúde. Além disso, o programa 'Saúde na Palma da Mão' utilizará a telemedicina para atender casos de menor complexidade de forma remota, aumentando o acesso aos cuidados médicos, receituários e pedidos de exame, e reduzindo as barreiras físicas para os pacientes. O investimento em hospitais de alta complexidade visa melhorar a infraestrutura e equipamentos, reduzindo as filas de espera e garantindo um atendimento mais ágil e eficaz. Medidas de transparência, como a divulgação pública dos contratos no Portal da Transparência e a gestão transparente das filas do SISREG, são essenciais para promover uma administração responsável e fortalecer a confiança da população nos serviços de saúde municipais.

Diretrizes para a Modernização da Saúde Municipal:

- Construir e equipar cinco centros de especialidade no Município.
- Implementar um programa de telemedicina para atender casos de menor complexidade de forma remota, garantindo maior resolutividade e acessibilidade aos serviços de saúde. Isso facilitará o acesso a receituários e pedidos de exame. A telemedicina também servirá como uma ferramenta crucial de triagem, permitindo a detecção de enfermidades graves e orientando sobre o tratamento imediato. Por exemplo, ao diagnosticar um AVC ou IAM, os familiares serão instruídos a chamar o serviço de urgência.

- Integrar um prontuário eletrônico digital em todas as unidades municipais de saúde, assegurando uma gestão mais eficiente dos registros médicos, melhor comunicação entre os profissionais de saúde para um tratamento mais preciso dos pacientes e evitar retrabalho.
- Aumentar o investimento em hospitais de alta complexidade para melhorar a infraestrutura e equipamentos, visando reduzir as filas de espera e proporcionar um atendimento mais rápido e eficaz aos pacientes.
- Desenvolver e lançar um aplicativo dedicado à avaliação de procedimentos e atendimento médico municipal, permitindo que os usuários forneçam avaliações, promovendo transparência e melhorando a qualidade dos serviços.
- Instituir medidas de transparência na gestão das filas do Sistema de Regulação (SISREG), garantindo que o acesso aos serviços de saúde seja justo e transparente, evitando irregularidades e ilegalidades.

Proposta 1: Construção de cinco Centros de Especialidade no Município do Rio

Ações estruturantes:

- Construir cinco Centros de Especialidade no Município, um por área de planejamento (AP), a fim de reduzir a fila do SISREG e o tempo médio de espera.
- Ampliar o acesso a especialistas, permitindo que pacientes possam consultar diversos especialistas em um único local.
- Oferecer capilaridade e reduzir o transtorno com longas distâncias desenvolvendo a cidade de forma equânime e justa.
- Integrar os polos de especialidades ao sistema de prontuário eletrônico digital para facilitar o acompanhamento do histórico médico dos pacientes.
- Implementar polos de especialidades médicas em cada CAP, equipados com infraestrutura adequada.
- Contratar e alocar especialistas nas unidades para garantir o atendimento contínuo.

Proposta 2: Criação do programa "Saúde na Palma da Mão" com implementação da telemedicina para atendimentos de menor complexidade.

Ações estruturantes:

- Desenvolver e implementar um programa de telemedicina para oferecer atendimentos de saúde de menor complexidade através de plataformas digitais acessíveis, disponibilizando receituários e pedidos de exames digitais conforme necessidade do paciente.
- Capacitar profissionais de saúde para utilizar tecnologias de telemedicina de maneira eficaz e segura.
- Estabelecer convênios com universidades públicas para educação continuada dos profissionais de saúde.
- Integrar o programa "Saúde na Palma da Mão" com os sistemas de saúde existentes, garantindo fluxos de informação seguros e precisos.
- Promover campanhas educativas para informar a população sobre os benefícios e o funcionamento do programa de telemedicina.

Proposta 3: Implementação do prontuário eletrônico digital integrado em todas as unidades municipais de saúde.

Ações estruturantes:

- Adotar e implementar um prontuário eletrônico digital integrado em todas as unidades de saúde do município, permitindo o acesso rápido e seguro às informações de saúde dos pacientes.
- Sincronizar o prontuário eletrônico com os programas de vacinação do município, utilizando o CPF como identificador único.
- Treinar profissionais de saúde na utilização do prontuário eletrônico, assegurando que todos os registros sejam precisos e atualizados.
- Garantir a proteção e privacidade dos dados dos pacientes por meio de medidas robustas de segurança da informação.

Proposta 4: Aumento do investimento em hospitais de alta complexidade para reduzir as longas filas existentes.

Ações estruturantes:

- Realizar um diagnóstico detalhado das necessidades e demandas atuais nos hospitais de alta complexidade do município.
- Aumentar o investimento financeiro para ampliação da capacidade de atendimento e redução das filas de espera.
- Modernizar a infraestrutura hospitalar e adquirir equipamentos médicos avançados para melhorar a qualidade dos serviços prestados.
- Implementar políticas de gestão eficiente e otimização de recursos para maximizar o impacto dos investimentos na saúde pública.

Proposta 5: Lançamento de um aplicativo para avaliação de procedimentos e atendimento médico do município.

Ações estruturantes:

- Desenvolver e lançar um aplicativo móvel que permita aos cidadãos avaliar procedimentos médicos e o atendimento recebido nas unidades de saúde municipais.
- Integrar o aplicativo com os sistemas de gestão de qualidade e monitoramento da satisfação do paciente.
- Disponibilizar informações sobre horários de funcionamento, localização das unidades de saúde e serviços oferecidos através do aplicativo.
- Promover o uso do aplicativo através de campanhas de conscientização e educação sobre seus benefícios para a população.

Proposta 6: Instituição de transparência na fila do SISREG para evitar ilegalidades.

Ações estruturantes:

- Implementar medidas para garantir transparência e controle na gestão das filas de espera do Sistema de Regulação (SISREG) municipal.

- Publicar regularmente informações sobre o andamento das filas, tempo de espera e critérios de priorização no Portal da Transparência.
- Estabelecer mecanismos de fiscalização e auditoria para monitorar a conformidade com as regras de regulação e evitar práticas ilegais.
- Criar canais de comunicação direta com os usuários para receber avaliações e denúncias relacionadas à gestão das filas do SISREG.

Proposta 7: Integração da Central de Regulação de Leitos e Consultas com o Estado, visando criar uma central única de regulação de leitos e marcações de consultas, em sinergia com o Estado, para agilizar e otimizar a utilização de leitos especializados.

Ações estruturantes:

- Estabelecer um comitê de integração entre o município e o estado para desenvolver a central única de regulação.
- Implementar um sistema de gestão centralizada para leitos e consultas, utilizando tecnologia para melhorar a eficiência.
- Treinar profissionais para operar a central e gerenciar as demandas de forma ágil e coordenada.
- Monitorar e avaliar continuamente o desempenho da central para realizar ajustes necessários.

Proposta 8: Operação Plena dos Leitos Hospitalares, por meio da implementação da política de "Zero Bloqueio", assegurando que 100% dos leitos dos hospitais municipais estejam em pleno funcionamento.

Ações estruturantes:

- Realizar uma auditoria inicial para identificar e resolver os problemas que causam o bloqueio de leitos.
- Alocar recursos necessários para a manutenção e funcionamento contínuo dos leitos hospitalares.
- Implementar um sistema de monitoramento para garantir que todos os leitos estejam disponíveis e operacionais.
- Criar um protocolo de manutenção preventiva para evitar futuros bloqueios.

Proposta 9: Ampliação da oferta de consultas de pré-natal de alto risco, garantindo maior frequência de atendimento para gestantes e melhorando os desfechos no trabalho de parto.

Ações estruturantes:

- Expandir os ambulatórios de atendimento materno para incluir serviços de pré-natal de alto risco.
- Contratar obstetras e especialistas em medicina fetal para aumentar a capacidade de atendimento.
- Implementar programas de educação para gestantes sobre a importância das consultas regulares de pré-natal.

- Monitorar os resultados de saúde materna e ajustar as estratégias conforme necessário.

Proposta 10: Modernização do Parque Tecnológico de Equipamentos de Imagem, por meio do investimento em equipamentos de imagem das unidades de saúde, adotando tecnologia digital para agilizar diagnósticos e reduzir custos.

Ações estruturantes:

- Realizar um levantamento das necessidades tecnológicas das unidades de saúde.
- Adquirir equipamentos de imagem digital avançados (e.g., tomógrafos, ultrassons, mamógrafos).
- Capacitar os profissionais de saúde para operar os novos equipamentos.
- Integrar os resultados dos exames de imagem ao prontuário eletrônico para facilitar o acesso e a interpretação pelos médicos.

Proposta 11: Fortalecimento da Atenção Primária nas Clínicas de Família, promovendo a saúde e o acompanhamento periódico da população, com a criação de polos de exames laboratoriais e de imagem de baixa complexidade.

Ações estruturantes:

- Implementar programas de promoção à saúde e prevenção de doenças nas clínicas de família.
- Criar polos de realização de exames laboratoriais e de imagem de baixa complexidade em cada CAP.
- Capacitar os profissionais de saúde para realizar diagnósticos precoces e encaminhamentos apropriados.
- Monitorar e avaliar a eficácia dos programas de atenção primária e ajustar conforme necessário.

Proposta 12: Revisão de Contratos de Serviços Terceirizados, avaliando a possibilidade de primarização para melhorar o controle e reduzir custos.

Ações estruturantes:

- Realizar uma auditoria dos contratos existentes com a rede privada.
- Avaliar a viabilidade de primarizar serviços atualmente terceirizados.
- Negociar termos mais favoráveis para contratos essenciais que devam permanecer terceirizados.
- Implementar um sistema de monitoramento contínuo dos contratos para garantir eficiência e transparência.

Proposta 13: Aumento da Oferta de Saúde da Mulher, por meio da expansão dos serviços de saúde da mulher, incluindo atendimento ginecológico nas clínicas de família e promoção da saúde para demandas relacionadas a violências e IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis).

Ações estruturantes:

- Ampliar a oferta de consultas ginecológicas nas clínicas de família.
- Implementar programas de prevenção e tratamento de ISTs.
- Criar programas de apoio e atendimento a mulheres vítimas de violência.
- Promover campanhas de conscientização sobre a saúde da mulher e a importância do acompanhamento médico regular.

Proposta 14: Implantação de Sistema de Custo Total, visando o monitoramento dos gastos de cada unidade de saúde, garantindo uma melhor gestão financeira e transparência nos recursos públicos.

Ações estruturantes:

- Desenvolver e implantar um sistema de controle de custos em todas as unidades de saúde.
- Treinar gestores e administradores para utilizar o sistema de forma eficaz.
- Monitorar os custos e realizar auditorias periódicas para identificar áreas de melhoria.
- Publicar relatórios de custos no Portal da Transparência para fortalecer a confiança da população na gestão dos recursos de saúde.

Proposta 15: Inclusão de Exames de Urina Tipo I e Dosagem de Creatinina nos Exames de Rotina da Rede Pública de Saúde.

Ações estruturantes:

- Garantir que os exames de urina tipo I e dosagem de creatinina sejam obrigatoriamente incluídos nos exames de rotina realizados pela rede pública de saúde do município, como forma de prevenir e controlar a doença renal crônica.
- Realizar campanhas anuais para educar a população sobre a importância de realizar esses exames regularmente, destacando os benefícios para a prevenção e controle da doença renal crônica.
- Oferecer treinamento contínuo para médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde sobre a interpretação e uso adequado dos resultados dos exames de urina tipo I e dosagem de creatinina.
- Implementar um sistema de monitoramento para acompanhar a adesão a essa política, avaliando a eficácia das campanhas e a taxa de realização dos exames, ajustando as estratégias conforme necessário.

Proposta 16: Incrementar a Saúde Escolar para Detecção e Intervenção de Enfermidades de Maior Prevalência.

Ações estruturantes:

- Implementar um programa de triagem nas escolas para identificar precocemente enfermidades prevalentes entre os estudantes, como problemas de visão, audição, obesidade, diabetes e doenças respiratórias.
- Ampliar a rede de profissionais de forma equipes multidisciplinares de saúde escolar, composta por médicos, enfermeiros, nutricionistas e psicólogos, responsáveis por atender regularmente nas escolas com triagem inicial, encaminhamentos necessários e acompanhamento contínuo dos estudantes.
- Estabelecer parcerias entre as escolas e as unidades de saúde locais para facilitar o encaminhamento e o acompanhamento médico dos estudantes diagnosticados com enfermidades, garantindo uma intervenção rápida e eficaz.
- Desenvolver programas educacionais voltados para estudantes e pais, abordando a importância da prevenção e do tratamento precoce das enfermidades, promovendo hábitos de vida saudáveis e aumentando a conscientização sobre os serviços de saúde disponíveis.

4. CASA PARA TODOS

O pilar "Casa para Todos" visa implementar uma política inovadora de habitação popular no Rio de Janeiro, assegurando a permanência das pessoas em suas comunidades melhorando a qualidade de moradia. Para alcançar esse objetivo, serão adotadas as diretrizes, propostas e ações estruturantes conforme a seguir.

Diretrizes para Casa para Todos:

- Desenvolver e implementar uma política robusta de habitação popular que promova a permanência das pessoas em suas comunidades, priorizando áreas com maior necessidade habitacional e considerando aspectos de sustentabilidade e acessibilidade.
- Incorporar o Building Information Modeling (BIM) em todas as etapas das construções habitacionais, desde o planejamento até a execução, para melhorar a eficiência, reduzir custos e garantir a qualidade das edificações.

Proposta 1: Parceria com a Iniciativa Privada para Habitação Popular Justa e Digna.

Ações estruturantes:

- Estabelecer um fórum permanente de diálogo com a iniciativa privada do setor para discutir problemas e soluções relacionadas à habitação popular.
- Oferecer incentivos fiscais e benefícios para construtoras que se comprometam com o desenvolvimento de projetos de habitação popular, facilitando a viabilização econômica desses empreendimentos.

- Implementar o mecanismo de compensação de potencial construtivo para habitação popular, similar ao utilizado em projetos como autódromo e estádio, para resolver questões de infraestrutura.
- Alocar recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para lastrear e apoiar os projetos de habitação popular desenvolvidos pelas construtoras.

Proposta 2: Implementação de uma política inovadora de habitação popular.

Ações estruturantes:

- Construir condomínios prediais integrados aos bairros, com infraestrutura de qualidade, contemplando áreas verdes e de lazer e segurança, em especial para as faixas de menor renda.
- Utilizar tecnologias sustentáveis na construção, como captação de água da chuva e energia renovável, para reduzir custos operacionais e impactos ambientais.
- Implementar normas rigorosas de acessibilidade e sustentabilidade nos projetos habitacionais.
- Parcerias público-privadas para financiamento e gestão dos empreendimentos, assegurando investimentos contínuos em manutenção.
- Aumentar a oferta habitacional nas zonas infraestruturadas, em especial na faixa de renda até 3 salários.
- Cadastrar e financiar a conversão de imóveis públicos e privados sem uso para habitação popular e o desenvolvimento de centralidades urbanas.
- Fortalecer Postos de Orientação Urbana e Social em todas as comunidades.
- Estabelecer concursos públicos para projetos de habitação popular em conjunto com academia, órgãos de classe e autarquias profissionais.
- Fomentar a transição para uso de energia renovável em comunidades.

Proposta 3: Adoção do método BIM¹ em todas as construções habitacionais, direcionado para os servidores municipais que exercem as funções de planejamento, fiscalização e análise de projetos habitacionais.

Ações estruturantes:

- Capacitar servidores que exercem funções de planejamento no uso de BIM para otimização do planejamento e execução das obras.
- Implementar plataformas colaborativas BIM para melhorar a comunicação entre os envolvidos nos projetos.
- Monitorar continuamente o progresso das obras por meio de modelos digitais, permitindo ajustes rápidos e eficientes durante o processo construtivo.
- Integrar o BIM com sistemas de gestão municipal para garantir transparência e eficiência na administração dos recursos públicos.

¹ O Método BIM (Modelagem da Informação da Construção) é uma abordagem integrada de gestão de projetos que utiliza modelos digitais 3D para melhorar a colaboração, eficiência e precisão no planejamento, design, construção e operação de edificações e infraestruturas.

Proposta 4: Regularização Fundiária de Assentamentos Informais.

Ações estruturantes:

- Realizar um mapeamento detalhado e diagnóstico dos assentamentos informais no município, identificando as áreas prioritárias para regularização fundiária.
- Promover a regularização fundiária das moradias em assentamentos informais, garantindo segurança jurídica aos moradores e permitindo a titularidade das propriedades.
- Implementar programas de melhoria de infraestrutura nas áreas regularizadas, incluindo saneamento básico, iluminação pública, pavimentação e serviços essenciais.
- Oferecer assistência técnica e jurídica gratuita para os moradores durante o processo de regularização fundiária, assegurando que eles compreendam seus direitos e responsabilidades.

5. EDUCAÇÃO CIDADÃ

A educação cidadã é a base para a formação integral das crianças e jovens, preparando-os para serem cidadãos conscientes, responsáveis e ativos na sociedade. No Rio de Janeiro, investir na educação pública de qualidade é um compromisso inegociável. As diretrizes a seguir foram elaboradas com o objetivo de garantir acesso equitativo à educação, promover a valorização dos profissionais da educação, expandir programas de tempo integral, aumentar a oferta de vagas em creches, melhorar a infraestrutura escolar e assegurar a inclusão e segurança de todos os estudantes. Garantir que todos possam ter oportunidade de mudar o futuro de forma equânime. Ao implementar essas diretrizes, buscamos criar um ambiente educacional que respeite a diversidade, fomente o desenvolvimento integral e contribua para o progresso social e econômico do município.

Diretrizes para Educação Cidadã:

- Valorização dos profissionais da educação como agentes fundamentais na promoção da educação de qualidade, mediante a melhoria das condições de trabalho, remuneração justa e atualizada, formação continuada, acesso a recursos didáticos e tecnológicos, e reconhecimento público de sua importância para o desenvolvimento social e econômico do município.
- Compromisso absoluto com a qualidade e a universalização do ensino público municipal, garantindo o acesso equitativo à educação de excelência para todos os cidadãos, a fim de priorizar segmentos da população em estado de vulnerabilidade socioeconômica, bem como pessoas que, por qualquer condição, tenham dificuldades desproporcionais ao acesso da educação, a exemplo de PCDs.
- Expansão do programa de Educação em Tempo Integral nas unidades escolares municipais, visando não apenas à ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola, mas também à oferta de atividades extracurriculares enriquecedoras, como esportes, artes, cultura, lazer e reforço escolar, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos.

- Aumento da quantidade de creches municipais para eliminar a lista de espera por vagas, garantindo que todas as crianças tenham acesso a um ambiente seguro e estimulante desde os primeiros anos de vida.
- Implementação de um programa abrangente de reformas nas unidades escolares do município, com foco na conservação e sustentabilidade ambiental, melhorando as condições físicas e o ambiente de aprendizado.
- Desenvolvimento e implementação de um plano de medidas de segurança para prevenir o bullying e a violência nas escolas municipais, promovendo um ambiente escolar seguro e acolhedor para todos os estudantes.
- Garantia de apoio profissional especializado e adaptações na infraestrutura das escolas para melhor atender às necessidades das crianças com deficiência, assegurando sua inclusão plena no ambiente educacional.
- Estabelecimento da Liga Municipal Escolar, Liga Municipal de Atléticas e Liga Municipal Universitária para promover a participação em atividades esportivas, culturais e acadêmicas, fortalecendo o senso de comunidade e cooperação entre os estudantes.
- Promoção de uma educação inclusiva e de qualidade, que respeite a diversidade e as especificidades de cada aluno, oferecendo atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
- Promover a valorização dos profissionais de educação e expandir o quadro de professores e gestores nas escolas e creches municipais para garantir um ambiente educacional de qualidade e atraente para os servidores.
- Assegurar a qualidade e segurança alimentar nas escolas e creches municipais por meio da integração de programas de alimentação, avaliações periódicas e o fortalecimento de iniciativas como o Programa Hortas Cariocas.

Proposta 1: Ampliar o efetivo de concursados nas escolas e creches.

Ações estruturantes:

- Realizar novo concurso para Professor Educação Infantil (PEI). O último foi realizado em 2015.
- Convocar os aprovados para a função de Professor Adjunto de Educação Infantil (PAEI) do último concurso.
- Instituir gratificação para o cargo de Coordenador da Educação Infantil nas creches da Prefeitura.
- Aumentar gratificação para os cargos de gestão para tornar esses cargos mais atrativos. Desde o fim da incorporação da gratificação ao salário, o número de interessados para esses postos reduziu bastante.
- Aumentar o valor do tíquete refeição dos servidores da educação.

Proposta 2: Promoção de uma educação inclusiva e de qualidade.

Ações estruturantes:

- Realizar concurso público, convocar os aprovados nos últimos concursos e implementar capacitação contínua para professores e agentes de apoio à educação especial para atender eficazmente a diversidade de alunos, incluindo aqueles com deficiências ou altas habilidades.
- Ampliar a oferta de Salas de Recursos Multifuncionais.
- Adaptar as estruturas físicas das escolas para garantir acessibilidade universal, incluindo rampas, banheiros adaptados e mobiliário ergonomicamente adequado.
- Implementar tecnologias assistivas e recursos pedagógicos especializados para apoiar o aprendizado inclusivo.
- Realizar parcerias com instituições especializadas e associações de pais para desenvolver programas de suporte psicossocial e emocional para crianças com deficiência e suas famílias.

Proposta 3: Consolidação da Educação em Tempo Integral nas Unidades Escolares.

As escolas em horário integral oferecem uma oportunidade única para o desenvolvimento integral dos alunos. Além da Base Curricular Comum, os estudantes têm acesso a outros componentes curriculares que abordam temas de relevância social e cultural, contextualizados com a realidade dos alunos e da comunidade escolar, promovendo habilidades sociais, culturais e esportivas, contribuindo para uma formação completa.

Ações estruturantes:

- Assegurar a disponibilidade de recursos humanos, equipamentos e toda infraestrutura adequada para o funcionamento efetivo das escolas em horário integral, bem como para suportar atividades extracurriculares, como quadras esportivas, laboratórios de ciências e salas de arte.
- Contratação de mais profissionais especializados em áreas como esportes, música e idiomas para enriquecer o currículo educacional.
- Implementação de programas de alimentação escolar balanceada para os alunos durante o período integral.
- Parcerias com instituições locais para oferecer atividades educativas complementares, como workshops e palestras sobre temas relevantes para os alunos.

Proposta 4: Expansão da Quantidade de Creches Municipais com o Objetivo de Zerar a Lista de Espera de Crianças por Vaga.

Ações estruturantes:

- Parcerias com o governo estadual, federal e setor privado para financiamento e construção de novas unidades.
- Garantir um vale creche para todas as crianças que não conseguiram vaga até a solução do problema.
- Implementação de um sistema eficiente de gestão de vagas, incluindo cadastro online e acompanhamento em tempo real das listas de espera.
- Monitoramento contínuo da qualidade dos serviços prestados nas creches municipais, com avaliações periódicas dos pais e responsáveis.

Proposta 5: Instituição de um Programa Amplo de Reformas nas Unidades Escolares do Município. - Com foco em conservação e sustentabilidade.

Ações estruturantes:

- Realização de diagnósticos estruturais em todas as unidades escolares para identificar as necessidades prioritárias de reforma.
- Elaboração de um plano de investimentos para reforma das escolas, priorizando a infraestrutura básica, como telhados, instalações elétricas e hidráulicas.
- Modernização das salas de aula com equipamentos educacionais de última geração, como lousas digitais e computadores.
- Implementação de medidas sustentáveis, como captação de água da chuva, energia solar e gestão de resíduos, nas escolas reformadas para promover práticas ambientais responsáveis.
- Climatizar todas as unidades escolares e as creches municipais.

Proposta 6: Implementação de um Plano de Medidas de Segurança contra Bullying e Violência nas Escolas Municipais.

Ações estruturantes:

- Instalação de um sistema de controle de acesso nas escolas municipais, utilizando tecnologias como biometria ou cartões de identificação para garantir que apenas pessoas autorizadas tenham acesso às dependências escolares.
- Colocação estratégica de detectores de metais nas entradas das escolas, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade, para identificar e prevenir a entrada de objetos perigosos que possam ser utilizados em atos de violência.
- Disponibilização de serviços de atendimento psicológico dentro das escolas, com profissionais capacitados para oferecer suporte emocional e psicológico tanto para alunos que sofrem bullying quanto para professores que enfrentam situações de estresse relacionadas à segurança escolar.
- Desenvolvimento e distribuição de uma cartilha educativa contendo normas claras de segurança para alunos, professores e funcionários, abordando procedimentos em casos de bullying, agressão e outras formas de violência.

Proposta 7: Melhorar a qualidade e a segurança alimentar e nutricional na educação municipal.

Ações estruturantes:

- Criar mecanismo para avaliação por alunos e educadores da alimentação.
- Integrar e fortalecer a alimentação escolar com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
- Fortalecer o Programa Hortas Cariocas e implementar em todas as escolas e creches municipais com espaço disponível para tal.

6. RIO INTELIGENTE

O objetivo de transformar o Rio de Janeiro em uma cidade inteligente envolve a implementação de tecnologias avançadas para melhorar a gestão urbana, a segurança e a conectividade. O pilar "Rio Inteligente" foca em várias iniciativas para alcançar esses objetivos. Primeiramente, a reestruturação do Centro de Operações RIO (COR) transformará este centro em um núcleo de inteligência e segurança municipal, com monitoramento contínuo. A política de governança e gestão integrada das câmeras privadas, como as de prédios e shoppings, com o poder público, aumentará a eficácia na vigilância e segurança urbana. A instalação de câmeras públicas em todos os bairros da cidade contribuirá para um monitoramento mais abrangente e eficiente. Além disso, a implementação da rede pública de Wi-Fi na cidade, visando promover maior conectividade e inclusão digital. A integração total com a segurança pública em planos estadual e federal garantirá uma abordagem mais coordenada e eficiente para a segurança da população. Essas ações visam transformar o Rio de Janeiro em uma cidade mais conectada, segura e tecnologicamente avançada.

Diretrizes para um Rio Inteligente:

- Transformar o Centro de Operações RIO em um Centro de Inteligência e Segurança Municipal, com monitoramento contínuo para melhorar a gestão urbana e a resposta a emergências na cidade.
- Instituir uma política que integre as câmeras de segurança privadas, como as de prédios e shoppings, com o poder público, aumentando a eficácia na vigilância e segurança urbana.
- Expandir a rede de câmeras públicas para cobrir todos os bairros da cidade, proporcionando um monitoramento mais abrangente e eficiente para aumentar a segurança dos cidadãos.
- Fomentar a integração e interlocução total com os planos de segurança pública estadual e federal, garantindo uma abordagem coordenada e eficiente para a segurança da população.
- Implementar medidas robustas de segurança cibernética para proteger os sistemas de informação e infraestrutura tecnológica utilizados na transformação do Rio de Janeiro em uma cidade inteligente.

Proposta 1: Reestruturação do Centro de Operações RIO - COR como um Centro de Inteligência e Segurança Municipal, com Monitoramento Contínuo.

Ações estruturantes:

- Investir na atualização dos equipamentos de monitoramento e na infraestrutura tecnológica do Centro de Operações RIO.
- Implementar programas regulares de capacitação para operadores do COR em novas tecnologias e práticas de segurança.
- Desenvolver um sistema integrado para compartilhamento de dados entre agências de segurança municipal, estadual e federal.
- Reforçar as medidas de segurança cibernética para proteger as operações e os dados do Centro de Operações RIO.

Proposta 2: Criação do Instituto de Requisição e Gestão de Dados e Informações de Câmeras Privadas em Áreas Públicas.

Ações estruturantes:

- Estabelecer regulamentações claras para a instalação e operação de câmeras privadas em áreas públicas, como ruas, shoppings e outros locais de grande circulação, oferecendo incentivos fiscais para a conformidade.
- Desenvolver uma plataforma digital para a gestão e integração das câmeras privadas em áreas públicas com o sistema municipal de segurança, permitindo centralização e coordenação eficazes.
- Implementar um sistema robusto de monitoramento e fiscalização das câmeras privadas em áreas públicas para garantir a conformidade com as normas estabelecidas, assegurando a qualidade e a segurança das informações coletadas.
- Garantir a proteção dos dados pessoais e a privacidade dos cidadãos nas operações das câmeras privadas em áreas públicas, estabelecendo diretrizes rígidas para o uso e o acesso às imagens e informações coletadas.

Proposta 3: Instalação de Câmeras Públicas em Todos os Bairros da Cidade.

Ações estruturantes:

- Elaborar um plano detalhado para a instalação de câmeras públicas em locais estratégicos de todos os bairros da cidade, em especial escolas, creches, hospitais, áreas de risco, parques e unidades de conservação.
- Realizar consultas públicas e envolver a comunidade na seleção de locais para instalação das câmeras públicas.
- Implementar um programa de manutenção regular e monitoramento contínuo das câmeras públicas instaladas.
- Disponibilizar publicamente as imagens das câmeras de forma transparente e acessível, conforme as normas de acesso à informação.

Proposta 4: Fomento à Integração e Interlocução Total com a Segurança Pública em Plano Estadual e Federal.

Ações estruturantes:

- Estabelecer comitês de coordenação envolvendo representantes das esferas municipal, estadual e federal para alinhar estratégias de segurança.
- Desenvolver protocolos operacionais comuns para resposta a emergências e coordenação de operações de segurança.
- Promover o intercâmbio de tecnologias e recursos entre as agências de segurança pública para melhorar as capacidades de monitoramento e resposta.
- Realizar programas de capacitação conjunta para agentes de segurança pública, abordando temas como inteligência e operações táticas.

Proposta 5: Fortalecimento da Segurança Cibernética na Iniciativa Rio Inteligente.

Ações estruturantes:

- Alocar recursos financeiros para a contratação de pessoal, técnicos e especialistas em segurança da informação, e a aquisição de hardware e software de última geração, visando a criação de um Centro de Operações de Segurança Cibernética (COSCC) na IPLANRIO para monitoramento contínuo e detecção de ameaças.
- Estabelecer parceria com empresas especializadas em segurança digital para aquisição de ferramentas de última geração, como sistemas de detecção de intrusos e análise de comportamento de rede.
- Formar equipe dedicada exclusivamente à segurança cibernética, composta por especialistas em inteligência contra ameaças, análise forense digital e resposta a incidentes.
- Elaborar políticas de segurança cibernética abrangentes, alinhadas às melhores práticas internacionais e regulamentos vigentes, como a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).
- Implementar protocolos de resposta a incidentes, com simulações regulares de crises para treinamento da equipe e validação dos procedimentos.
- Realizar auditorias independentes de segurança cibernética e avaliações de vulnerabilidades em todos os sistemas críticos da cidade.
- Estabelecer sistema de monitoramento contínuo para detecção precoce de ameaças, com análise de comportamento de rede e identificação de padrões suspeitos.
- Implementar backups regulares e sistemas de recuperação de desastres para garantir a continuidade dos serviços essenciais em caso de comprometimento dos sistemas.

Proposta 6: Reforma e Transparência na Guarda Municipal e Inspeção Geral.

Ações estruturantes:

- Elaborar estudo para a criação de Plano de Cargos e Salários digno para a Guarda Municipal, alinhado com a Constituição Federal e a legislação vigente, que estabeleça padrões remuneratórios, jornada de trabalho, atribuições e critérios de promoção/ascensão para funções de comando, com base em tempo de serviço e mérito.
- Realizar auditoria, por meio da Controladoria Geral do Município (CGM), das gratificações pagas aos guardas municipais nos últimos 5 anos, para assegurar transparência e correção nos pagamentos efetuados.
- Garantir o fornecimento de uniformes, tênis e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) sem custo para os guardas municipais, com um cronograma regular de reposição e atualização para manter a qualidade e segurança.
- Realizar concurso público para a Guarda Municipal, visando a ampliação do efetivo e a renovação do quadro de servidores, com o objetivo de fortalecer a capacidade operacional da corporação, garantindo uma presença mais efetiva nas ruas e contribuindo de forma integrada com as forças de segurança estaduais para aumentar a segurança pública na cidade.

7. TRANSPORTE DIGNO

A criação de um sistema de transporte público eficiente e acessível é essencial para melhorar a mobilidade urbana e a qualidade de vida dos cariocas. O pilar "Transporte Digno" visa transformar o sistema de transporte do Rio de Janeiro por meio de diversas iniciativas estratégicas. As últimas décadas foram marcadas por uma prefeitura que apostou em um sistema de transporte rodoviário baseado nos corredores de ônibus expressos. A ideia central não é descartar todo esse investimento, mas sim melhorar o sistema já implantado e trabalhar em novas frentes com um sistema eficaz de transporte de massa.

Em relação ao BRT, o primeiro passo é integrar o BRT a outros transportes de massa e facilitar a vida do usuário do sistema. Também é preciso estabelecer um fórum com servidores, usuários e órgãos de controle para entender as críticas da atual prefeitura ao Rio Card e o motivo do grande atraso na implementação do novo sistema de bilhetagem prometido para substituir o RioCard em 1º de fevereiro de 2024.

Além disso, é fundamental melhorar a transparência com a divulgação dos contratados da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (Mobi-Rio) e providenciar uma nova concessão em substituição. Para novos trajetos, o Trem Carioca Suspenso será a nova realidade. Este sistema de transporte elevado aumentará a capacidade de passageiros e reduzirá o impacto no trânsito e no ambiente urbano. O primeiro trecho a ser desenvolvido será o de Deodoro até Santa Cruz via Avenida Brasil, um trecho que não foi contemplado com o BRT Transbrasil.

Com estas diretrizes, buscamos transformar a mobilidade urbana no Rio de Janeiro, garantindo um transporte público eficiente, seguro e inclusivo para todos os cidadãos.

Diretrizes para o Transporte Digno:

- Desenvolver um sistema de transporte elevado que integre e melhore a mobilidade urbana, reduzindo o impacto no trânsito e no ambiente urbano.

- Desenvolver sistema de transporte de massa dialogando com governo estadual, federal e demais prefeitos do Estado.
- Implementar e expandir o transporte aquaviário para conectar pontos estratégicos e promover a mobilidade e o turismo na cidade.
- Ampliar e modernizar a gestão de tráfego, utilizando tecnologia avançada para melhorar o fluxo de veículos e a comunicação com os motoristas.
- Conduzir auditorias e promover a transparência nas operações da Mobi-Rio, envolvendo a sociedade no processo de decisão.
- Estabelecer um sistema de bilhetagem padronizado e integrado, que facilite o acesso aos diversos modais de transporte público.
- Avaliar e reativar linhas de ônibus que atendam às necessidades de mobilidade da população, com planejamento eficiente e consulta comunitária.
- Assegurar a qualidade dos serviços de transporte público e implementar a climatização gradual da frota de ônibus.
- Promover a inovação na mobilidade urbana, incentivando a transição para energias limpas e fortalecendo as ciclovias e ciclofaixas.
- Melhorar a acessibilidade em toda a infraestrutura urbana, garantindo inclusão para pessoas com deficiência em parques, praças e demais espaços públicos.
- Implementar um sistema de monitoramento em tempo real para a frota de ônibus, com um aplicativo móvel para acompanhamento pelos usuários.
- Criar faixas exclusivas para motociclistas, reduzindo acidentes e melhorando a segurança no trânsito.

Proposta 1: Facilidade para o Usuário do BRT e Melhoria de Qualidade de Vida para todos.

Ações estruturantes:

- Criar bolsões de estacionamentos com preços populares próximos aos Terminais de Deodoro, Terminal Gentileza, Terminal Jardim Oceânico, Terminal Campo Grande, Terminal Santa Cruz, Terminal Barra da Tijuca, Terminal Sulacap, Terminal Centro Olímpico.
- Adotar veículos elétricos nas composições do BRT.
- Selecionar parceiros privados qualificados para investir na modernização, manutenção e segurança da infraestrutura do sistema BRT, incluindo estações, corredores, pavimento, asfalto e veículos.
- Criar um mecanismo eficaz de supervisão para garantir que os parceiros privados cumpram todas as obrigações contratuais e mantenham altos padrões de qualidade e segurança.
- Investir em medidas de segurança, como câmeras de vigilância, iluminação adequada, presença de agentes de segurança em viaturas identificadas com cores específicas, e sistemas de alerta em tempo real integrados ao Centro de Operações Rio para garantir a proteção dos usuários. A parceria também deve incluir a cooperação com a Polícia Civil e a Polícia Militar para patrulhamento e resposta rápida a incidentes.

- Garantir que a população possa acompanhar e participar do processo de concessão e da implementação das melhorias, promovendo transparência e responsabilidade.
- Garantir pessoal de apoio para ajudar idosos e pessoas com deficiência nas estações BRT (especialmente BRT Transbrasil), especialmente para auxiliar no acesso através das passarelas que são muito altas.

Proposta 2: Implantação do Trem Carioca Suspenso.

Ações estruturantes:

- Implantar o Trem Carioca Suspenso. Trata-se de um sistema de transporte elevado, de massa com grande capacidade de passageiros que reduz o impacto no trânsito e no ambiente urbano. O primeiro trecho a ser desenvolvido será o de Deodoro até Santa Cruz via Avenida Brasil, trecho que não foi contemplado com o BRT Transbrasil.
- Desenvolver projeto que possa ser expandido para outros municípios (como, por exemplo, Itaguaí) e garantir uma integração tão necessária para a melhoria de vida de todos.
- Implementar um diálogo constante com o Instituto Rio Metrópole, Prefeitos dos Municípios, Governador e Ministros de pastas afins para implantação do Projeto de Forma Integrada.
- Integrar o Trem Carioca Suspenso ao sistema de transporte urbano existente, criando conexões eficientes com outros meios de transporte.

Proposta 3: Transporte Aquaviário como Nova Marca da Cidade.

Ações estruturantes:

- Concretizar a implantação do transporte aquaviário entre os aeroportos do Santos Dumont e Galeão.
- Concretizar a implantação do transporte aquaviário nas lagoas da Barra da Tijuca e Jacarepaguá.
- Criar e desenvolver projetos aquaviários voltados para o turismo e mobilidade explorando ilhas, praias e lagoas.

Proposta 4: Onda Verde, Sinais de Trânsito e a Melhoria do Tráfego.

Ações estruturantes:

- Ampliar investimentos na CET Rio.
- Implantar softwares de gestão de tráfego moderno com utilização de sensores de trânsito, câmeras e algoritmos.
- Ampliar a instalação de sistemas de informação para motoristas.
- Ampliar a comunicação por meio de soluções digitais com os motoristas e incentivar o feedback diário de toda a população de forma micro segmentada.

Proposta 5: Transparência e Modernização na Companhia Municipal de Transportes Coletivos (Mobi-Rio).

Ações estruturantes:

- Conduzir uma auditoria abrangente das operações e finanças da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (Mobi-Rio) para raio x da mesma até a concessão do sistema.
- Divulgar no primeiro dia de governo toda a folha de pessoal da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (Mobi-Rio).
- Incluir representantes da sociedade no processo de tomada de decisões da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (Mobi-Rio) enquanto ela for a responsável pela gestão.

Proposta 6: Definir Sistema de Bilhetagem Única.

Ações estruturantes:

- Reunir com servidores, usuários, órgãos de controle, Instituto Rio Metrópole e Governador para decidir sobre a padronização de um sistema de bilhetagem que a Prefeitura tenha total acesso aos dados, seja de implementação imediata e tenha avaliação constante dos usuários.
- Integrar todos os modais das mais diversas esferas de poder, incluindo modais de outros municípios.
- Garantir que o sistema de bilhetagem unificada seja de fácil utilização e acessível para todos os usuários, incentivando o uso do transporte público.

Proposta 7: Reativação das Linhas de Ônibus essenciais para a população.

Ações estruturantes:

- Avaliar a demanda atual e potencial por transporte público.
- Planejar rotas eficientes e que atendam às reais necessidades de mobilidade dos moradores de toda a cidade.
- Consultar a comunidade local para obter avaliação sobre as rotas e horários mais adequados para reativação ou criação de novas linhas de ônibus.
- Implementar a reativação ou criação de novas linhas de ônibus de forma gradual, monitorando o impacto e ajustando conforme necessário.

Proposta 8: Garantia do Cumprimento do Contrato de Concessão dos Ônibus e Climatização da Frota.

Ações estruturantes:

- Reforçar a fiscalização do cumprimento dos contratos de concessão das empresas de ônibus, assegurando que todas as cláusulas sejam respeitadas.
- Revisar e fazer cumprir os padrões de qualidade para os serviços de transporte público, incluindo regularidade, limpeza e conforto dos ônibus.
- Implementar um programa para climatização gradual de toda a frota de ônibus da cidade, proporcionando conforto térmico aos passageiros.
- Coletar opinião dos usuários para avaliar a eficácia das medidas adotadas e realizar ajustes conforme necessário.

Proposta 9: Evolução da Mobilidade Urbana Municipal.

Ações Estruturantes:

- Criar um grande concurso de novas ideias para mobilidade e transporte.
- Estudar e estipular metas e prazos para transição energética do serviço de transporte por ônibus para modelos híbridos ou a hidrogênio.
- Fortalecer sistema de ciclovias e ciclofaixas em toda a cidade.
- Criar políticas fiscais para a introdução dos serviços de carros de aluguel na cidade.
- Criar fóruns contínuos de debate online com especialistas do tema em todo o mundo

Proposta 10: Mobilidade Urbana e Inclusão.

Ações Estruturantes:

- Melhorar a infraestrutura urbana com foco na acessibilidade, garantindo que todas as calçadas e passeios sejam adequados para pessoas com deficiência (PCD).
- Tornar parques, praças e outros espaços públicos mais acessíveis e inclusivos, com rampas, pisos táteis e sinalização adequada.
- Seguir rigorosamente as diretrizes de acessibilidade em todas as obras e reformas, assegurando que as necessidades das pessoas com deficiência sejam atendidas.
- Incluir a população, especialmente às pessoas com deficiência, no planejamento e avaliação das melhorias, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e consideradas.
- Estabelecer um sistema de monitoramento e manutenção contínua para assegurar que as melhorias sejam preservadas e adaptadas conforme necessário.

Proposta 11: Sistema de Monitoramento em Tempo Real para Ônibus Urbanos.

Ações Estruturantes:

- Equipar toda a frota de ônibus municipais com dispositivos de GPS de alta precisão.
- Desenvolver e lançar um aplicativo móvel aberto que permita aos usuários monitorar a localização de todos os ônibus da cidade em tempo real (inclusive os que não estão sendo utilizados) e disponibilizar esses dados para os grandes Centros de Estudo do Rio de Janeiro.
- Monitorar e gerenciar a frota de ônibus em tempo real, integrado ao Centro de Operações Rio.
- Lançar uma campanha de divulgação para informar os cidadãos sobre o novo sistema de monitoramento e educá-los sobre como utilizar as novas ferramentas.
- Utilizar o método para garantir que a tarifa esteja justa

Proposta 12: Faixas Exclusivas para as motos em duas modalidades (Faixa Azul e Faixa 100% Exclusiva) para reduzir os acidentes e mortes de motociclistas.

Ações Estruturantes:

- Implantar de forma acelerada sinalização horizontal e vertical para motociclistas (Faixa Azul).
- Apresentar plano com criação de faixas segregadas (Faixa 100% Exclusiva) que exigem estudos de investimento em infraestrutura para construção de acessos e sinalização como por exemplo pontes, viadutos e até túneis para as motos.

Proposta 13: Possibilidade de Utilização do Crédito Gerado pela Nota Carioca no Taxi Rio.

Ações Estruturantes:

- Possibilitar que a utilização do crédito gerado por meio de Nota Carioca seja utilizada no Taxi.Rio. Hoje, esse crédito pode, por exemplo, ser utilizado no desconto do IPTU. Antigamente, o mesmo crédito poderia ser reembolsado em conta corrente do contribuinte. Será permitido e estimulado a transferência desses valores para o Taxi.Rio, a fim de estimular o uso do táxi.

B. DESCENTRALIZAÇÃO ECONÔMICA

A descentralização econômica é essencial para promover um desenvolvimento urbano equilibrado e sustentável no Rio de Janeiro. O pilar "Descentralização Econômica" visa criar novas centralidades urbanas, fomentando múltiplos polos de atividade econômica, cultural e de lazer que funcionem de maneira interdependente. A ideia é integrar essas áreas, reduzir os tempos de deslocamento e proporcionar uma melhor qualidade de vida para a população. Entre as principais iniciativas estão o fomento à atividade industrial na Zona Oeste, a política de microcrédito para pequenos e médios empreendedores através da Invest.Rio, e a criação de um programa de aceleração de startups cariocas.

Além disso, a organização de feiras de negócios nas diferentes regiões administrativas da cidade estimulará o comércio local e promoverá a integração econômica.

Essas ações almejam transformar o Rio de Janeiro em uma cidade mais dinâmica e inclusiva, com oportunidades de crescimento e desenvolvimento para todos os seus habitantes.

Diretrizes para a Descentralização Econômica:

- Implementar novas centralidades urbanas que integrem atividades econômicas, culturais e de lazer, reduzindo os tempos de deslocamento e melhorando a qualidade de vida da população.
- Incentivar o crescimento da atividade industrial na Zona Oeste, promovendo emprego e desenvolvimento econômico nessa região da cidade.
- Implementar uma política de microcrédito através da Invest.Rio para apoiar pequenos e médios empreendedores, incentivando o desenvolvimento de negócios locais e sustentáveis.
- Estabelecer um programa de aceleração de startups cariocas para estimular a inovação e o empreendedorismo na cidade, criando novas oportunidades de crescimento econômico.
- Promover feiras de negócios em diferentes regiões administrativas para fortalecer o comércio local, integrar economicamente a cidade e estimular o empreendedorismo regional.
- Criar laboratórios de inovação urbana para desenvolver soluções criativas e sustentáveis para os desafios urbanos do Rio de Janeiro, incentivando a colaboração entre setores público, privado e acadêmico.
- Realizar concursos de inovação e sustentabilidade urbana para incentivar ideias inovadoras que promovam um desenvolvimento urbano equilibrado e sustentável na cidade.
- Participar efetivamente do Programa Segurança Presente do Estado, garantindo clima propício ao desenvolvimento da cidade como um todo
- Estimular polos de ensino e tecnologia espalhados por todas as centralidades urbanas

Proposta 1: Estímulo ao desenvolvimento de Novas Centralidades Urbanas na Cidade, fomentando múltiplos polos de atividade econômica, cultural e de lazer que funcionem de maneira interdependente.

Ações estruturantes:

- Elaborar estudo que identifique e priorize o desenvolvimento de áreas estratégicas para novas centralidades urbanas, focando em infraestrutura, serviços e comércio.
- Investir na melhoria da infraestrutura urbana, incluindo saúde, educação e transporte público, e valorizar espaços públicos como praças e parques nas novas centralidades, promovendo vários polos de atividade econômica, cultural e de lazer.
- Oferecer incentivos fiscais e facilidades para atrair empresas, comércio e serviços para essas novas centralidades, promovendo o desenvolvimento econômico local.

- Integrar práticas de desenvolvimento sustentável e de preservação ambiental no planejamento e execução das novas centralidades, garantindo a qualidade de vida dos moradores.

Proposta 2: Fomento da Atividade Industrial na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Ações estruturantes:

- Modernizar e expandir as áreas já destinadas na Zona Oeste para o desenvolvimento industrial, garantindo infraestrutura de alta qualidade.
- Implementar programas de capacitação profissional em parceria com indústrias locais para preparar a força de trabalho e fomentar a geração de empregos.
- Estabelecer parcerias entre o governo e o setor privado para investir em infraestrutura e tecnologias necessárias para o desenvolvimento industrial.
- Incentivar práticas industriais sustentáveis, mediante a adoção de tecnologias limpas e a redução de impactos ambientais.

Proposta 3: Fomento de uma Política de Microcrédito por Meio da Atuação da Invest.Rio.

Ações estruturantes:

- Desenvolver e implementar um programa de microcrédito acessível para pequenos e médios empreendedores, facilitando o acesso a financiamento.
- Oferecer serviços de apoio técnico, consultoria e capacitação para os beneficiários do microcrédito, ajudando-os a gerir e expandir seus negócios.
- Estabelecer parcerias com bancos e instituições financeiras para ampliar a oferta de crédito e garantir condições favoráveis aos empreendedores.
- Criar mecanismos de monitoramento e avaliação para garantir a eficácia do programa de microcrédito e ajustar políticas conforme necessário.

Proposta 4: Criação de um Programa de Aceleração de Startups Cariocas, em Parcerias com as Universidades Locais em todo o Rio.

Ações estruturantes:

- Estabelecer um processo de seleção rigoroso para identificar e apoiar startups com maior potencial de crescimento e inovação.
- Oferecer programas de mentoria, capacitação e networking para os empreendedores, conectando-os a especialistas e investidores.
- Criar e disponibilizar espaços de coworking e infraestrutura tecnológica para startups selecionadas, incentivando a colaboração e a inovação.
- Facilitar o acesso a investimentos por meio de parcerias com fundos de venture capital, aceleradoras e investidores anjo, promovendo o crescimento das startups.

Proposta 5: Organização de Feiras de Negócios nas Regiões Administrativas da Cidade.

Ações estruturantes:

- Planejar e organizar feiras de negócios em diferentes regiões administrativas, garantindo infraestrutura e logística adequadas.
- Envolver a comunidade local, empresários e associações comerciais na organização e promoção das feiras de negócios.
- Promover a participação de diversos setores econômicos nas feiras, oferecendo uma plataforma ampla de oportunidades para negócios e networking.
- Investir em campanhas de promoção e divulgação das feiras de negócios, atraindo visitantes e potenciais investidores para os eventos.

Proposta 6: Criação de Laboratórios de Inovação Urbana.

Ações Estruturantes:

- Formalizar parcerias com universidades cariocas para desenvolvimento de projetos de inovação urbana por todo o Rio.
- Envolver alunos e professores em projetos práticos que beneficiem a cidade.
- Organizar desafios e hackathons para solucionar problemas urbanos.
- Selecionar as melhores ideias para implementação pela prefeitura.

Proposta 7: Realização de Concursos de Inovação e Sustentabilidade Urbana.

Ações Estruturantes:

- Publicar regularmente editais para concursos de projetos de engenharia, arquitetura e urbanismo, em conjunto com universidades, entidades de classe, sindicatos e autarquias fiscalizadoras.
- Formar comissões avaliadoras com profissionais renomados e especialistas das áreas.
- Estabelecer critérios claros de avaliação e garantir transparência no processo.
- Divulgar publicamente os projetos vencedores e promover eventos de premiação.

Proposta 8: Participar Efetivamente do Programa Segurança Presente do Governo do Estado contribuindo para o pagamento de RAIS

Ações Estruturantes:

- Garantir a participação efetiva no Município no Programa Segurança Presença.
- Ampliar o Programa para toda a cidade, priorizando as grandes centralidades urbanas

9. TURISMO, CULTURA, ESPORTES E GRANDES EVENTOS COMO IDENTIDADES DO RIO

Posicionar o turismo, a cultura, os eventos e o esporte como pilares fundamentais do desenvolvimento do Rio de Janeiro é essencial para fortalecer a identidade da cidade e impulsionar sua economia. O pilar "Turismo, Cultura, Esporte e Grandes Eventos como Identidades do Rio" propõe uma abordagem integrada e abrangente para transformar o turismo em um grande motor de empregos e promover eventos culturais, esportivos, empresariais e religiosos, garantindo uma distribuição equitativa dos recursos gerados.

Transformar o turismo em um pilar chave da economia local envolve a criação de um calendário oficial de eventos que destaque as principais atrações culturais, esportivas e turísticas ao longo do ano. Será implementado um programa contínuo de capacitação para profissionais do setor, com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento e promover o turismo local. Adicionalmente, estratégias serão desenvolvidas para maximizar a receita gerada pelos turistas, incentivando o consumo de produtos e serviços locais, e criar um programa de visitação para que os cariocas conheçam e valorizem os pontos turísticos da própria cidade.

Para apoiar e valorizar o patrimônio cultural carioca, será estabelecido um plano municipal de cultura com ampla participação popular. Este plano incluirá a criação de políticas para a reforma e revitalização dos espaços culturais e a implementação de um novo mecanismo de financiamento para projetos culturais. A valorização do artesanato local será promovida com a criação do Centro Carioca Municipal, enquanto o aumento do orçamento para projetos culturais ajudará a preservar e fortalecer a rica herança cultural da cidade.

O esporte será utilizado como ferramenta de inclusão social e redução da violência, através da integração de projetos esportivos com clubes e escolas municipais e a criação de ligas municipais para fomentar a prática esportiva entre jovens e estudantes. Será incentivado o desenvolvimento do e-sport, promovendo competições e criando espaços dedicados a essa modalidade. O vale-esporte (voucher) será disponibilizado para aumentar o acesso a atividades esportivas em comunidades vulneráveis.

Com uma abordagem integrada, o Rio de Janeiro se tornará um destino globalmente reconhecido por sua oferta diversificada e vibrante de turismo, cultura e esporte. A combinação de um calendário robusto de eventos, uma política de investimento cultural e esportivo, e a valorização das identidades locais não só fortalecerá a economia, mas também promoverá a inclusão social e a preservação do patrimônio cultural da cidade.

Diretrizes para o Turismo, Cultura, Esportes e Grandes Eventos:

- Fortalecer o turismo como um dos principais motores de criação de empregos na cidade.
- Assegurar a distribuição justa e equilibrada dos recursos gerados pelo turismo em todas as regiões da cidade.
- Elaborar e promover um calendário oficial de eventos, destacando as principais atrações culturais, esportivas e turísticas do Rio de Janeiro.
- Implementar um programa contínuo de capacitação e formação para profissionais que atuam no setor de turismo.
- Criar um programa contínuo de visitação para que os cariocas conheçam e valorizem os pontos turísticos da sua própria cidade.

- Desenvolver estratégias para maximizar a receita gerada pelos turistas, incentivando o consumo de produtos e serviços locais.
- Integrar os projetos esportivos da cidade com clubes e escolas municipais, oferecendo o vale-esporte (voucher) e aumentando a transparência nas iniciativas.
- Incentivar e desenvolver o e-sport no município, promovendo competições e criando espaços dedicados a essa modalidade.
- Estabelecer a Liga Municipal Escolar, a Liga Municipal de Atléticas e a Liga Municipal Universitária para fomentar a prática esportiva entre jovens e estudantes.
- Utilizar o esporte como uma ferramenta para a redução da violência, promovendo atividades esportivas em áreas vulneráveis.
- Instituir uma política abrangente de reforma e revitalização dos espaços culturais da cidade.
- Elaborar um Plano Municipal de Cultura com ampla participação popular, definindo diretrizes e metas para o desenvolvimento cultural da cidade.
- Incentivar a instalação de parques temáticos como forma de desenvolvimento do turismo e geração de empregos.
- Criar o Centro Carioca Municipal e fortalecer a cultura de artesanato do Rio de Janeiro, promovendo o trabalho dos artesãos locais.
- Estabelecer um escritório dedicado a auxiliar na criação, desenvolvimento e captação de recursos para projetos culturais e esportivos.
- Implementar melhorias no Carnaval, garantindo a segurança, organização e valorização deste importante festa cultural.
- Promover a valorização da cultura e a revitalização dos espaços culturais, incentivando a participação da população em atividades culturais diversificadas.

Proposta 1: Promoção do Posicionamento do Turismo como um Grande Motor de Empregos.

Ações estruturantes:

- Incentivar e apoiar a realização de eventos culturais, esportivos, empresariais e religiosos para atrair turistas e gerar empregos locais.
- Estabelecer parcerias com o setor privado para financiar e promover eventos turísticos de grande porte.
- Desenvolver campanhas de marketing internacional para promover o Rio de Janeiro como um destino turístico de primeira linha.
- Investir em infraestrutura turística, incluindo transporte, hospedagem e serviços, para melhorar a experiência dos visitantes.

Proposta 2: Garantia de uma Distribuição Equitativa de Recursos do Turismo.

Ações estruturantes:

- Desenvolver um índice baseado no número de empregos gerados e na visibilidade proporcionada à cidade para orientar a alocação de recursos.
- Implementar sistemas de transparência e prestação de contas para garantir a equidade na distribuição dos recursos.
- Oferecer incentivos adicionais para eventos e projetos em áreas menos atendidas para promover um desenvolvimento mais equilibrado.
- Estabelecer um sistema de monitoramento contínuo para avaliar o impacto dos investimentos e ajustar as políticas conforme necessário.

Proposta 3: Elaboração e Promoção de um Calendário Oficial de Eventos.

Ações estruturantes:

- Consolidar e atualizar o Calendário Oficial de Eventos da cidade, criado por Lei e nunca implementado pela RIOTUR, integrando eventos culturais, esportivos, empresariais e religiosos, considerando todas as sazonalidades do ano.
- Estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas, incluindo o Visit Rio e outras iniciativas relevantes, para colaborar na divulgação e promoção do calendário de eventos existente.
- Assegurar que a logística e a infraestrutura necessárias para os eventos estejam em vigor e funcionando eficientemente, utilizando os recursos da Prefeitura do Rio de Janeiro e suas secretarias pertinentes para suporte operacional.

Proposta 4: Criação de um Programa Contínuo de Capacitação de Profissionais do Setor de Turismo.

Ações estruturantes:

- Ampliar a parceria com todo o Sistema S
- Oferecer cursos e programas de treinamento contínuos para profissionais do setor turístico, focado em habilidades essenciais e serviços de alta qualidade.
- Formar parcerias com instituições educacionais e de treinamento para desenvolver currículos específicos para o setor de turismo.
- Implementar programas de certificação para reconhecer a competência e a excelência dos profissionais capacitados.
- Oferecer incentivos financeiros e bolsas de estudo para profissionais que participem dos programas de capacitação.

Proposta 5: Criação de um Programa Contínuo de Visitação dos Cariocas.

Ações estruturantes:

- Lançar campanhas de sensibilização para incentivar os cariocas a visitarem os principais pontos turísticos da cidade.

- Oferecer descontos e promoções especiais para residentes que visitam atrações turísticas.
- Desenvolver programas educativos que destacam a importância do turismo e a história dos pontos turísticos locais.
- Colaborar com empresas locais para oferecer pacotes turísticos acessíveis para os residentes.

Proposta 6: Turista como fonte geradora de receita.

Ações estruturantes:

- Criar avaliação constante do turista no check out dos mesmos e estabelecer reunião mensal com todas as secretarias envolvidas e o trade turístico para planejar ações constantes para mitigar qualquer tipo de insatisfação.
- Incentivar doações financeiras dos turistas a projetos sociais de visibilidade no Rio de Janeiro.
- Criar um site com produtos de todas as ONGs do Rio e indicar em todos os hotéis da cidade.
- Incentivar eventos que tragam agências de viagens de outros países e estados para conhecer o Rio.

Proposta 7: Integrar os projetos esportivos da cidade com os clubes e escolas municipais, oferecer opção do vale-esporte (voucher) e ampliar transparência.

Ações estruturantes:

- Criar um site com todos os projetos esportivos ativos na cidade e os respectivos responsáveis.
- Estabelecer a necessidade obrigatória de vinculação dos núcleos esportivos da cidade com os clubes renomados e tradicionais do município
- Incentivar o associativismo.
- Tornar os projetos esportivos mais atraentes.
- Proibir a utilização política de núcleos esportivos e o desvio de função dos profissionais, criando inclusive canais de denúncia para professores que sofram qualquer tipo de assédio moral para atuar politicamente.
- Diálogo constante com as entidades de classe representante dos profissionais que atuam nos projetos do município.
- Estabelecer um índice de gasto de dinheiro público por aluno.
- Oferecer a possibilidade de “vale-esporte” caso os alunos de determinado núcleo esportivo prefiram escolher onde gostaria de praticar esporte.

Proposta 8: Desenvolver o E-sport no Município.

Ações estruturantes:

- Incentivar eventos de e-sports.
- Tornar o Rio de Janeiro referência no tema e criar centro de treinamento para profissionais em E-Sports.
- Criar núcleos para capacitação de e promover inclusão digital tendo como pano de fundo o e-sport em áreas como programação, design e gestão.
- Transformar o Rio de Janeiro em grande polo de treinamento e aspirantes de jogadores.
- Incentivar as universidades públicas e privadas do Rio de Janeiro a abrir cursos focados no e-sport.
- Criar fórum para avaliar a integração do e-sport no ensino fundamental.
- Abrir interlocução com todas as grandes empresas de games do mundo.

Proposta 9: Criação da Liga Municipal Escolar, Liga Municipal de Atléticas, Liga Municipal Universitária.

Ações estruturantes:

- Firmar parcerias com escolas, universidades e organizações esportivas para garantir a adesão e apoio à criação das ligas.
- Investir na construção e manutenção de instalações esportivas adequadas para sediar competições e treinos.
- Requalificar espaços existentes para atender aos padrões necessários.
- Criar fundos específicos para o financiamento das ligas, incluindo bolsas para atletas e auxílio para transporte e material esportivo.
- Oferecer incentivos fiscais para empresas que patrocinarem os eventos e atividades das ligas.
- Estabelecer um calendário anual de competições e eventos esportivos que envolvam escolas, atléticas e universidades.
- Garantir a participação de todos, independentemente de gênero, raça, ou condição física, promovendo a inclusão e a diversidade nas atividades esportivas.
- Estabelecer programas de desenvolvimento para identificar e apoiar jovens talentos esportivos, oferecendo oportunidades de crescimento e progresso no esporte.
- Alinhar as atividades das ligas com as políticas educacionais do município, promovendo o esporte como ferramenta de desenvolvimento educacional e social.

Proposta 10: Esporte e Redução da Violência.

Ações estruturantes:

- Estabelecer campeonatos esportivos entre torcidas de clubes, utilizando as arenas, quadras e campos municipais, visando fomentar a boa prática esportiva e o respeito entre torcedores.
- Implementar atividades esportivas regulares e gratuitas para jovens e adolescentes, com o objetivo de promover a inclusão social, desenvolver habilidades e reduzir a violência.
- Promover workshops esportivos conduzidos por atletas renomados, incentivando a participação ativa da juventude e fortalecendo os valores de disciplina e trabalho em equipe.

Proposta 11: Discutir Novo Mecanismo de Financiamento para Projetos Incentivados com a realidade da reforma tributária.

Ações estruturantes:

- Criar um calendário permanente de debates para preparar período de transição e nova forma de financiamento da cultura com a extinção do Imposto Sobre Serviços em virtude da Reforma Tributária.

Proposta 12: Instituição de uma Política Ampla de Reforma dos Espaços Culturais.

Ações estruturantes:

- Realizar um diagnóstico abrangente dos espaços culturais existentes para identificar necessidades de reforma e modernização.
- Alocar recursos para a reforma e modernização de teatros, museus, centros culturais e outros espaços.
- Estabelecer parcerias com o setor privado para financiar e realizar reformas.
- Envolver a comunidade local no processo de planejamento e execução das reformas para garantir que as necessidades locais sejam atendidas.

Proposta 13: Elaboração de um Plano Municipal de Cultura com Ampla Participação Popular.

Ações estruturantes:

- Realizar consultas públicas e audiências para envolver a população na atualização do plano municipal de cultura.
- Formar um comitê de cultura com representantes de diferentes segmentos da sociedade para supervisionar o desenvolvimento e a implementação do plano.
- Realizar um mapeamento cultural abrangente para identificar recursos, necessidades e oportunidades no setor cultural da cidade.
- Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação contínuos para garantir que o plano de cultura seja implementado de maneira eficaz e adaptado conforme necessário.

Proposta 14: Incentivo à instalação de Parques Temáticos como Forma de Desenvolvimento do Turismo.

Ações estruturantes:

- Simplificar e agilizar processos de licenciamento e regulamentação para a construção e operação de parques temáticos, garantindo um ambiente favorável aos investidores.
- Estabelecer acordos com empresas especializadas e investidores privados para a construção e operação dos parques, compartilhando riscos e benefícios, e garantindo a sustentabilidade financeira dos projetos.
- Promover a criação de parcerias público-privadas para implantação, desenvolvimento e gestão de parques temáticos.

Proposta 15: Criação do Centro Carioca Municipal e fortalecer a Cultura de Artesanato do Rio de Janeiro.

Ações estruturantes:

- Realizar um mapeamento dos artesãos da cidade para identificar talentos, técnicas e tradições que possam ser representadas no Centro Carioca de Artesanato.
- Estabelecer parcerias com instituições de ensino, ONGs e entidades culturais para oferecer cursos de capacitação e oficinas de aprimoramento técnico e comercial aos artesãos.
- Adaptar um espaço da cidade com infraestrutura adequada para exposições permanentes e temporárias, áreas de venda, oficinas e eventos culturais onde funcionará o Centro Carioca de Artesanato.
- Desenvolver uma estratégia de marketing para promover o Centro de Artesanato junto ao público local e turistas, utilizando mídias tradicionais e digitais.
- Organizar eventos periódicos, como as feiras de artesanato, bem como seminários e workshops, para dinamizar o espaço e atrair um público diversificado.
- Manter costumes e tradições, garantindo a permanência das atividades artesanais nos seus locais de origem, com a manutenção das FEIRARTES - Feiras Especiais de Artes.
- Implementar políticas de incentivo fiscal para apoiar os artesãos, facilitando a formalização de suas atividades e a comercialização de seus produtos.
- Promover a sustentabilidade nas práticas artesanais, incentivando o uso de materiais recicláveis e técnicas ecológicas, além de garantir a inclusão de artesãos de diferentes comunidades e grupos étnicos e sociais.
- Implementar um sistema de monitoramento para avaliar o impacto do Centro de Artesanato na vida dos artesãos e na economia local, ajustando as ações conforme necessário para garantir a eficácia do projeto.

Proposta 16: Criação do Escritório de Auxílio a Projetos Culturais e Esportivos.

Ações estruturantes:

- Construir e equipar o Escritório de Projetos com instalações modernas e adequadas para atender às necessidades de projetos culturais e esportivos.

- Disponibilizar equipe de contadores, advogados que atuem diretamente para adequar projetos sociais existentes para concorrer em editais, chamamentos públicos e outros
- Disponibilizar salas de reunião, auditórios, espaços para ensaios e treinamentos, e áreas de exposição.
- Oferecer cursos, workshops e palestras para capacitar gestores culturais e esportivos, artistas, atletas e demais profissionais envolvidos.
- Criar programas de mentoria para orientar e apoiar novos projetos.
- Estabelecer parcerias com instituições públicas, privadas e organizações não-governamentais para ampliar os recursos e o alcance do Escritório de Auxílio.
- Promover eventos permanentes para apresentar esses projetos aos maiores contribuintes ao fisco municipal, estadual e federal sediados na cidade do Rio de Janeiro
- Desenvolver estratégias de comunicação para divulgar as atividades do Centro de Auxílio e os projetos apoiados.
- Incentivar projetos inovadores que integrem cultura e esporte com tecnologia e sustentabilidade.
- Garantir que os serviços e atividades do Escritório de Auxílio sejam acessíveis a todos, promovendo a inclusão de diferentes públicos, especialmente de populações vulneráveis.
- Desenvolver programas específicos para incluir pessoas com deficiência, jovens em situação de vulnerabilidade e minorias com dificuldade de acesso a projetos esportivos.

Proposta 17: Carnaval e necessidade de melhorias.

Ações estruturantes:

- Investir no carnaval da série prata, bronze e grupo de avaliação.
- Garantir um Carnaval sem a utilização de penas de animais.
- Organizar calendário constante no Terreirão do Samba.
- Transformar a Cidade do Samba em um grande ponto turístico, cultural e polo de grandes eventos da cidade.
- Incentivar eventos ao longo do ano que valorizem o dia a dia do samba, como por exemplo, a Associação de velha guarda.
- Estabelecer um novo rumo ao sambódromo, mantendo a origem de sua concepção original como espaço da educação, da cultura, do turismo e dos grandes eventos. É preciso um planejamento anual com incentivo para implantação de restaurantes ativos e abertos, alunos da escola engajados e dentro do contexto, apresentações semanais, lojas com produtos, entre outros.

Proposta 18: A Cultura e os Espaços Culturais.

Ações estruturantes:

- Valorizar os espaços culturais públicos e privados da cidade.
- Criar o índice de geração de empregos na cultura e incentivar espaços que gerem empregos de forma fixa.
- Beneficiar especialmente espaços focados na cultura. Muitos desses espaços vem perdendo espaço para eventos pontuais e/ou sem cronograma anual.

10. RIO SUSTENTÁVEL, SOCIAL E INCLUSIVO E EQUITATIVO

Transformar o Rio de Janeiro em uma cidade socialmente justa e ambientalmente sustentável será um dos principais objetivos da administração municipal. O pilar "Rio Sustentável, Social e Inclusivo" visa alavancar o potencial de geração de empregos verdes, promover a reciclagem, e melhorar a qualidade de vida nas áreas urbanas. A ampliação e recuperação de áreas verdes, bem como a criação da grande floresta da Zona Oeste, para mitigar o impacto das ilhas de calor, são algumas das iniciativas centrais.

O retorno do licenciamento ambiental para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima (SMAC) é fundamental para fortalecer uma gestão ambiental eficiente e respeitada. Centralizando essa responsabilidade na SMAC, garante-se a aplicação de expertise técnica especializada na avaliação de projetos conforme normativas ambientais vigentes. Isso não só integra melhor o licenciamento com políticas ambientais locais, mas também fortalece a fiscalização ambiental e promove transparência, essencial para atrair investimentos sustentáveis e assegurar um desenvolvimento urbano responsável e alinhado com a conservação dos recursos naturais.

O resgate das atribuições de gestão da arborização urbana pela Fundação Parques e Jardins (FPJ) é fundamental em tempos de emergência climática mundial, quando se faz imperioso o incremento, em quantidade e qualidade, da arborização da cidade. No mesmo sentido, a adoção de Soluções Baseadas na Natureza, segundo as premissas de Cidade Esponja, bem como o uso das Melhores Técnicas Disponíveis (MTD) são iniciativas que se fazem necessárias, tornando a cidade uma referência na sustentabilidade ambiental e climática.

A dignidade da pessoa humana deve ser um dos pilares de todo governo. A garantia dos direitos de cada pessoa em situação de rua começa pelo incremento do orçamento da Secretaria de Assistência Social, possibilitando a ampliação do número de vagas de acolhimento, a urgente melhoria na infraestrutura das unidades existentes, bem como o aperfeiçoamento dos serviços prestados pela Secretaria. Ações de qualificação e a consequente inserção no mercado de trabalho são etapas cruciais para que os mais vulneráveis voltem a se reconhecerem como cidadãos cariocas. O combate à fome e à extrema pobreza também deve ser ponto chave dessa política, e para isso se faz necessário a implantação de um banco de alimentos ou a formalização de parcerias com restaurantes, supermercados e demais ramos do setor de alimentos que contribuam para que todos tenham direito ao alimento. Na mesma diretriz, implementar novos modelos de transferência de renda que atendam a mais famílias e redesenhar o modelo atual é condição *sine qua non* para que o dinheiro público seja direcionado a quem realmente mais precisa.

De acordo com o último censo do IBGE, a Cidade do Rio de Janeiro é habitada por 3,3 milhões de mulheres, 54% da população total de 6,2 milhões. A desigualdade de gênero ainda é uma realidade nefasta da sociedade brasileira, vide o relatório do DIEESE de 2023 que evidenciou que as mulheres receberam 22,3% a menos do que os homens, em média.

A violência contra as mulheres é um tema sensível e urgente a ser eliminado de toda sociedade. Em 2023, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, houve crescimento em todas as modalidades de violência contra as mulheres. Foram registradas 259 mil agressões decorrentes de violência doméstica; 1.467 feminicídios; 41.371 importunações sexuais; mais de 540 mil medidas protetivas concedidas.

A Prefeitura do Rio deve consolidar políticas públicas para as mulheres cariocas, estipulando metas e prazos para reduzir as diferenças econômicas de gêneros, realizar ações transversais entre os órgãos municipais e unir forças com o Estado e com a União para exterminar práticas violentas contra as mulheres

O envelhecimento da população brasileira é um processo que ocorre há alguns anos. E a Cidade do Rio de Janeiro precisa estar na vanguarda da oferta de serviços públicos para os 20% dos cariocas mais experientes – segundo o último censo, o Município tem 1,2 milhão de idosos – bem como, no estímulo de atividades capazes de tornar a vivência deles mais aprazível e digna.

Além disso, a destinação de R\$ 385 milhões anuais para o orçamento participativo permitirá que a população escolha os projetos que mais lhes interessam, garantindo maior envolvimento comunitário. A promoção contínua da acessibilidade em repartições públicas, pontos turísticos e áreas de grande fluxo é fundamental para tornar a cidade mais inclusiva para todos os cidadãos. Essas ações não só contribuirão para a sustentabilidade ambiental, mas também para o desenvolvimento social e econômico do Rio de Janeiro.

Diretrizes para um Rio Sustentável, Social e Inclusivo e Equitativo:

- Reforçar o licenciamento ambiental, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima (SMAC), garantindo uma gestão ambiental eficiente e alinhada às normativas vigentes.
- Promover a criação de empregos sustentáveis, especialmente na economia verde, para impulsionar o desenvolvimento econômico e social do Rio de Janeiro.
- Implementar políticas robustas para aumentar os índices de reciclagem na cidade, reduzindo a pegada ambiental e incentivando práticas sustentáveis.
- Aumentar, recuperar e criar áreas verdes, especialmente na Zona Norte e Zona Oeste, para mitigar os efeitos das ilhas de calor e promover um ambiente urbano mais saudável e sustentável.
- Criar a Autoridade Climática Municipal, para coordenar o planejamento, a execução de ações de baixo carbono e resilientes ao clima, bem como o reporte de dados e informações de programas, projetos e ações referentes ao combate às emergências ambientais e climáticas na cidade.

- Alocar recursos para o orçamento participativo, permitindo que a população decida sobre prioridades e projetos que impactam suas comunidades.
- Implementar iniciativas contínuas para melhorar a acessibilidade em espaços públicos, pontos turísticos e áreas de grande fluxo, garantindo inclusão para todos os cidadãos.
- Desenvolver programas que incentivem a participação ativa da comunidade na gestão pública e no desenvolvimento de políticas municipais.
- Adotar práticas de governança itinerante para levar os serviços públicos e iniciativas governamentais mais próximos da população, especialmente em áreas menos acessíveis.
- Reforçar a implementação de políticas de inclusão e equidade, garantindo a aplicação efetiva de cotas nos concursos públicos municipais.
- Estabelecer metas claras para aumentar a representação feminina em cargos de liderança e decisão dentro da administração municipal.
- Implementar políticas e programas para proteger e promover a inclusão de minorias e grupos vulneráveis, garantindo seus direitos e oportunidades na cidade.
- Desenvolver uma abordagem integrada para apoiar e reintegrar pessoas em situação de rua, oferecendo suporte social, habitação adequada e oportunidades de emprego.

Proposta 1: Fortalecimento do órgão ambiental na gestão ambiental e climática.

Ações estruturantes:

- Reestruturar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima (SMAC) e a Fundação Parques e Jardins (FPJ) e realizar concurso público para renovar seus quadros, fortalecendo a gestão ambiental e a arborização urbana.
- Retornar o licenciamento ambiental para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima (SMAC).
- Implementar medidas para simplificar os processos de licenciamento ambiental, reduzindo burocracias e prazos, ao mesmo tempo em que se mantém a rigorosa aplicação das normativas ambientais.
- Reforçar as equipes de fiscalização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima (SMAC) e Fundação Parques e Jardins (FPJ), garantindo maior presença e efetividade no monitoramento do cumprimento das condicionantes ambientais estabelecidas nos licenciamentos e na defesa da arborização e áreas verdes.
- Investir em capacitação contínua para os profissionais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima (SMAC) e Fundação Parques e Jardins (FPJ), garantindo que estejam atualizados com as melhores práticas e legislações ambientais.
- Reativar e fortalecer os setores ambientais regionais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima (SMAC) e Fundação Parques e Jardins (FPJ), permitindo a capilaridade de suas ações no território.
- Criar um programa de capacitação e valorização para o Grupamento de Defesa Ambiental (GDA) ou Guarda Municipal de carreira, para atuar nas praças, parques urbanos e unidades de conservação.

- Ampliar a representação social do CONSEMAC com representantes do poder público e da sociedade civil.
- Ampliar a composição do Conselho para 30 membros efetivos com direito a voto e cinco convidados sem direito a voto, nomeados pelo Prefeito, com a seguinte composição:
 - I: Dez membros de órgãos do Poder Público municipal relacionados à gestão ambiental e demais áreas como Habitação, Urbanismo, Conservação e Infraestrutura.
 - II: Vinte membros da sociedade civil, incluindo representantes de entidades de defesa do meio ambiente, associações empresariais, profissionais, comunitárias e sindicais.
- Estabelecer parcerias com universidades, instituições de pesquisa e ONGs ambientais para fortalecer o monitoramento ambiental e a capacidade de avaliação de impactos ambientais e climáticos de projetos.

Proposta 2: Potencialização da Geração de Empregos Verdes na Cidade.

Ações estruturantes:

- Oferecer incentivos fiscais para empresas que adotem práticas sustentáveis e criem empregos verdes, classificados com base no registro CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) e diretamente vinculados à sua natureza, conforme o registro junto ao Ministério do Trabalho, e que possuam em seus quadros profissionais que, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), atuem diretamente em ocupações verdes.
- Implementar programas de capacitação profissional focados em habilidades e tecnologias verdes.
- Estabelecer parcerias com universidades e institutos de pesquisa para desenvolver novas tecnologias verdes.
- Criar um fundo de apoio específico para *startups* que desenvolvem soluções sustentáveis e inovadoras para serem aplicadas na cidade.
- Criar sistema de cadastramento e capacitar a população em situação de rua para trabalho em áreas públicas, praças, jardins, hortas, parques urbanos e naturais, seguindo o modelo de Empregos Verdes.

Proposta 3: Transformação do Rio na Capital da Reciclagem.

Ações estruturantes:

- Aumentar a capacidade operacional da COMLURB na coleta de recicláveis.
- Aumentar a capacidade do tratamento biológico da fração orgânica de resíduos sólidos (compostagem, reduzindo a destinação de lixo para o aterro sanitário e facilitando a separação e reciclagem dos outros tipos de resíduos).
- Estabelecer centros de reciclagem em todos os bairros, apoiando a formalização das cooperativas de catadores, com infraestrutura adequada e fácil acesso.
- Realizar campanhas educativas para conscientizar a população sobre a importância da reciclagem.
- Formar parcerias com cooperativas de catadores para otimizar a coleta e a reciclagem de resíduos.

- Implementar políticas de incentivo para empresas que utilizam materiais reciclados em seus processos de produção.
- Fortalecer as ações de logística reversa de reciclados na cidade.

Proposta 4: Retomada e ampliação do Programa Rio Capital Verde, priorizando o aumento da cobertura arbórea, a fiscalização ambiental, a gestão eficaz de áreas protegidas e a implementação de programas de pagamento por serviços ambientais (PSA) e das soluções baseadas na Natureza (SbN).

Ações estruturantes:

- Realizar um planejamento detalhado e um zoneamento adequado para a criação de novas áreas florestadas e corredores verdes na cidade, promovendo a conexão entre áreas verdes urbanas e periurbanas.
- Identificar e mapear todas as nascentes e mananciais do município, priorizando ações de proteção nas áreas mais vulneráveis.
- Ampliar os projetos de reflorestamento em áreas degradadas da Mata Atlântica e em torno de nascentes e requalificação em áreas degradadas próximas a mananciais, utilizando espécies nativas para garantir a biodiversidade e a recuperação dos serviços ecossistêmicos.
- Implementar o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica do Rio de Janeiro PMMA-Rio.
- Controlar espécies exóticas invasoras, como a leucena (*Leucena leucocephala*), e promover a recuperação das áreas afetadas.
- Desenvolver e implementar infraestruturas verdes, como jardins de chuva, áreas de infiltração e bacias de retenção natural, para melhorar a recarga hídrica e o controle da quantidade e qualidade da água.
- Criar e manter estruturas de apoio dentro das unidades de conservação, como trilhas e pontes, garantindo acesso seguro e minimizando impactos ambientais.
- Proteger áreas úmidas, brejos e nascentes, realizando desapropriações quando necessário para preservar repositórios de espécies protegidas e/ou em extinção, e implementar zonas de proteção ao redor dessas áreas.
- Criar corredores ecológicos para conectar áreas verdes e permitir a movimentação da fauna local, integrando a biodiversidade ao tecido urbano e ampliando a rede ecológica contínua.
- Criar conexões para a fauna entre o maciço da Pedra Branca e o maciço do Gericinó-Mendanha por meio da expansão da arborização urbana e a criação de corredores verdes.
- Envolver a comunidade em atividades de plantio, manutenção e mutirões de limpeza, promovendo o trabalho voluntário e a conscientização ambiental.
- Criar programas de pagamento por serviços ambientais (PSA) para incentivar a preservação e restauração de áreas verdes e fomentar a isenção tributária para ações privadas de recuperação ambiental.

- Fortalecer a fiscalização ambiental com aumento na frequência das inspeções e aplicação de multas severas para atividades ilegais como desmatamento e ocupações irregulares.
- Realizar mapeamento detalhado das áreas de preservação e identificar pontos críticos para ações prioritárias e controle das atividades de degradação.
- Elaborar e atualizar planos de manejo para as unidades de conservação em parceria com a comunidade, ONGs e especialistas, definindo diretrizes para o uso sustentável dos recursos naturais.
- Incentivar e apoiar estudos científicos sobre a biodiversidade e ecologia dos ecossistemas urbanos e periurbanos para embasar políticas de conservação e manejo efetivas.

Proposta 5: Criação do Programa Rio com Ar Limpo.

Ações estruturantes:

- Expandir e melhorar a rede de monitoramento da qualidade do ar.
- Contabilizar as emissões do sistema de transporte do SPPQ anualmente, e retomar o programa de inspeção de fumaça preta, pela Prefeitura, nos ônibus do transporte público de passageiros.
- Elaborar o Inventário de Fontes Fixas de Poluentes Atmosféricos da Cidade do Rio de Janeiro, com vistas a lançar um Plano de Redução das Emissões por Fontes Fixas para o município.
- Implantar uma rede de estações de carregamento elétrico em áreas estratégicas do município, como centros comerciais, parques e estações de transporte público.
- Estudar a possibilidade de restrição emergencial de trânsito veicular em áreas saturadas de veículos ou ainda com níveis de poluentes acima do recomendado.
- Estabelecer normas para a construção de cortinas arbóreas e barreiras acústicas para controle da poluição do ar e sonora no entorno de atividades poluentes e nos grandes eixos viários.

Proposta 6: Proteção do Sistema Lagunar, Rios e Drenagem Urbana.

Ações estruturantes:

- Estabelecer critérios e dar início a renaturalização de rios urbanos.
- Revegetar margens lagunares, suas Áreas de Preservação Permanente (APP) e Faixas Marginais de Proteção (FMP).
- Estabelecer parques perilagunares em áreas públicas.
- Estudar e implementar soluções para a oxigenação da água e a mitigação da perda periódica de sua fauna aquática da Lagoa Rodrigo de Freitas.
- Mapear e eliminar ligações de esgoto domiciliar nas redes de água pluvial e nos sistemas lagunares.
- Mapear e estabelecer estratégias de captação de esgotos das comunidades para encaminhamento às redes.

Proposta 7: Resgate da Agricultura Agroecológica Urbana Carioca.

Ações estruturantes:

- Recuperar o programa de Agricultura Agroecológica Urbana da Cidade.
- Fomentar a agricultura urbana e fortalecer a segurança alimentar da cidade.
- Implantar sistema agroflorestais nas zonas de transição entre a malha urbana e áreas florestadas.

Proposta 8: Compensação Ambiental de Grandes Eventos.

Ações estruturantes:

- Garantir a compensação de carbono para eventos com grande público, visando à recuperação e manutenção ambiental de áreas degradadas em locais próximos de tais eventos, em especial estádios públicos e praias.

Proposta 9: Promoção do Incremento da Arborização Urbana.

Ações estruturantes:

- Estudar e implementar a renaturalização de áreas urbanas, removendo trechos de concreto em vias públicas que não tenham utilidade significativa, para criar novas áreas permeáveis e espaços para arborização, especialmente em bairros com menores índices de cobertura verde.
- Revisar e implementar o Plano Diretor de Arborização Urbana da Cidade do Rio de Janeiro – PDAU Rio, com plantio de árvores em larga escala.
- Adotar ações continuadas no sentido de garantir a não regressividade da arborização urbana, em quantidade e qualidade, bem como no estoque de carbono fixo.

Proposta 10: Promoção da Drenagem Urbana para Redução de Enchentes e Inundações.

Ações estruturantes:

- Atualizar e implantar o plano municipal de saneamento com prioridade para áreas críticas de enchentes.
- Estudar e implantar pavimentos drenantes e soluções baseadas na natureza por toda a cidade, priorizando áreas críticas de enchentes.
- Promover a máxima permeabilização de áreas livres públicas, passeios e áreas privadas.
- Proteger legalmente áreas úmidas e brejosas na área urbana, estabelecendo regras para seu uso privado.
- Ampliar a obrigatoriedade de instalação de dispositivos de retardo e reuso de água de chuva em novas edificações e empreendimentos.

Proposta 11: Realização do Gerenciamento Costeiro e Balneabilidade das Praias.

Ações estruturantes:

- Estabelecer zoneamento costeiro e de usos e atividades permitidas nas praias, privilegiando a coexistência entre o lazer da população, a recuperação ambiental e a prática esportiva.
- Fortalecer a fiscalização e controle de poluição por esgotos sanitários e industriais nos sistemas lagunares e praias.
- Mapear e eliminar ligações de esgotos nas redes de água pluvial que chegam nas praias.

Proposta 12: Promoção da Segurança Territorial e Ambiental.

Ações estruturantes:

- Aumentar a presença estatal com equipamentos públicos e comunitários, quadras esportivas, parques, teatros ao ar livre nas áreas degradadas, especialmente junto às comunidades ou na transição com unidades de conservação e áreas florestadas.

Proposta 13: Promoção da Redução de Áreas de Risco.

Ações estruturantes:

- Estudar reassentamentos de áreas de risco de escorregamento e enchentes na forma da Lei Orgânica em conjunto com a sociedade e academia.
- Estimular o mercado para produção habitacional nas faixas de menor renda.
- Implantar “eco delimitadores” para proteção em face de áreas de risco e de proteção ambiental.

Proposta 14: Criação da Autoridade Climática Municipal para coordenar a implementação de programas de mitigação e adaptação climática, integrando esforços com órgãos estaduais e federais para aumentar a resiliência urbana e preparar a população para eventos climáticos extremos.

Ações estruturantes:

- Planejar infraestruturas que resistam a eventos climáticos extremos, como tempestades, enchentes e ondas de calor.
- Incentivar a arborização e ajardinamento em áreas urbanas, especialmente nas Zonas Norte e Oeste.
- Planejar a transformação de áreas degradadas em espaços verdes multifuncionais que proporcionem sombra, lazer e mitigação de calor.
- Trabalhar em parceria com órgãos estaduais e federais para alinhar políticas e iniciativas climáticas.
- Integrar as diretrizes e legislações estaduais e federais nas políticas municipais.
- Coordenar o compartilhamento de recursos e informações para otimizar a resposta a eventos climáticos.

- Aprimorar os mecanismos de consulta pública e participação da sociedade civil na implementação e monitoramento das políticas climáticas.
- Estabelecer um sistema contínuo de monitoramento climático, realizar acordo de fornecimento de dados com atores estratégicos e estabelecer uma rotina de troca e colaboração para aprimorar os dados disponibilizados à população.
- Realizar avaliações periódicas dos impactos das iniciativas implementadas e ajustar estratégias conforme necessário.

Proposta 15: Fortalecimento da Assistência Social e Garantia de Direitos dos Mais Vulneráveis.

Ações estruturantes:

- Incrementar o orçamento da Assistência Social, após um diagnóstico dos gargalos existentes.
- Reformar os abrigos existentes, criando estruturas físicas que garantam a acessibilidade universal, espaços para a guarda dos pertences dos abrigados, dormitórios equipados com camas limpas, banheiros com chuveiros elétricos e refeitórios adequados.
- Construir novas unidades de abrigamento adequadas às normas da Política de Assistência Social.
- Aperfeiçoar a política de acolhimento de população em situação de rua e de drogaditos.
- Ampliar o número de vagas de acolhimento e descentralizar por todos os bairros.
- Fortalecer os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) capacitando e ampliando o número de prestadores de serviços, bem como reformando as unidades e equipando-as de forma a dinamizar os atendimentos às famílias e indivíduos com maiores índices de vulnerabilidade social.
- Ampliar o número de Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o quantitativo de funcionários, possibilitando que os indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos, tenham assegurado a prestação de serviços públicos necessários para além da assistência social, como orientação jurídica, apoio familiar, acesso à documentação pessoal.
- Cadastrar e capacitar a população em situação de rua para trabalho em áreas públicas, como hortas, parques e jardins, seguindo o modelo de Empregos Verdes.
- Remodelar os programas de transferência de renda existentes, ou criar novos, garantindo a inclusão das famílias que ingressaram na pobreza ou na extrema pobreza nos últimos 4 anos.
- Firmar parcerias com restaurantes, supermercados e outros setores do ramo de alimentos para a criação de um banco de alimentos para os cidadãos cariocas inseridos na pobreza e na extrema pobreza.

Proposta 16: Abordagem Integral para Pessoas em Situação de Rua.

Ações Estruturantes:

- Expandir e fortalecer programas de acolhimento emergencial, incluindo abrigos temporários com serviços integrados de saúde, assistência social e capacitação profissional.
- Desenvolver parcerias com organizações da sociedade civil para ampliar a capacidade de acolhimento e garantir acompanhamento personalizado.
- Implementar equipes multidisciplinares e treinamento específico para profissionais de saúde e assistência social envolvidos na aplicação dessas políticas.
- Criar programas de inclusão social e empregabilidade para pessoas em situação de rua, oferecendo cursos de capacitação, incentivos para contratação por empresas locais e suporte contínuo para a inserção no mercado de trabalho.

Proposta 17: Destinação de R\$ 385 Milhões Anuais para Orçamento Participativo.

Ações estruturantes:

- Estabelecer um processo transparente e inclusivo para a participação da população na definição das prioridades de investimento.
- Realizar campanhas de divulgação e educação para informar a população sobre o orçamento participativo e como participar.
- Priorizar investimentos conforme a avaliação e demandas da população.
- Oferecer apoio técnico e capacitação para os participantes do processo de orçamento participativo.
- Implementar mecanismos de monitoramento e avaliação contínuos para garantir a eficácia e a transparência do uso dos recursos.

Proposta 18: Instituição de um Programa Contínuo de Promoção da Acessibilidade Universal.

Ações estruturantes:

- Realizar reformas e adaptações para garantir a acessibilidade.
- Capacitar funcionários públicos e trabalhadores do setor turístico para atender adequadamente pessoas com deficiência.
- Formar parcerias com ONGs e associações de pessoas com deficiência para orientar e supervisionar as ações de acessibilidade.
- Implementar políticas de incentivo para empresas e estabelecimentos que adotem práticas inclusivas e acessíveis.

Proposta 19: Implementação de Programas de Escuta Ativa e Participação Cidadã.

Ações Estruturantes:

- Organizar eventos em diferentes bairros com a presença de autoridades locais para ouvir diretamente as demandas da população.
- Estruturar espaços de atendimento e registro de sugestões e reclamações.
- Colaborar com associações de moradores e ONGs locais para identificar as principais demandas de cada área.
- Fortalecer os laços entre a administração pública e a comunidade.
- Publicar relatórios detalhados sobre as ações realizadas e os resultados obtidos nas visitas itinerantes.

Proposta 20: Implementação de Governança Itinerante.

Ações Estruturantes:

- Planejar visitas mensais do prefeito e secretários a diferentes bairros.
- Realizar encontros com líderes comunitários e população local.
- Disponibilizar serviços e informações diretamente nas comunidades.
- Publicar a agenda de visitas itinerantes com antecedência.

Proposta 21: Garantia de 50% de Ocupação Feminina em Cargos de Nível Estratégico.

Ações Estruturantes:

- Formalizar o compromisso de garantir 50% de ocupação feminina em cargos de nível estratégico através de decreto municipal.
- Estabelecer parcerias com instituições acadêmicas e organizações não-governamentais que promovem a liderança feminina para identificar e preparar candidatas potenciais.
- Criar e manter um banco de talentos com perfis de mulheres qualificadas para ocupar cargos de nível estratégico, garantindo uma seleção diversificada e qualificada.
- Desenvolver programas de mentoria e capacitação em colaboração com essas instituições.

Proposta 22: Reativação da Comissão de Heteroidentificação e Garantia dos Direitos de Cotas nos Concursos Públicos.

Ações Estruturantes:

- Reativar a Comissão de Heteroidentificação, garantindo sua independência e autonomia.

- Incluir a participação de profissionais reconhecidos por sua expertise e histórico de trabalho em igualdade racial, assegurando a imparcialidade e independência dos membros.
- Implementar um processo transparente e criterioso de heteroidentificação durante todas as etapas dos concursos públicos.
- Utilizar ferramentas tecnológicas para registrar e monitorar as etapas do processo, garantindo a integridade e a segurança dos dados.
- Lançar campanhas de conscientização sobre a importância das cotas raciais e da heteroidentificação para a promoção da equidade e combate ao racismo.

Proposta 23: Promoção da Inclusão e Proteção de Minorias e Grupos Vulneráveis.

Ações Estruturantes:

- Implementar políticas rigorosas de não discriminação em todas as esferas da administração pública municipal, assegurando que todas as pessoas sejam tratadas com igualdade e respeito.
- Criar programas específicos de capacitação e empregabilidade destinados a pretos, pessoas LGBTQ+, e outras minorias, oferecendo cursos de qualificação profissional e acesso a oportunidades de trabalho inclusivas.
- Promover eventos culturais e iniciativas que valorizem a diversidade étnica, racial e sexual, incentivando o diálogo intercultural e o respeito mútuo entre diferentes grupos da sociedade.
- Estabelecer um sistema de monitoramento para acompanhar a implementação e impacto das políticas de inclusão e proteção de minorias, garantindo a eficácia e ajustando as estratégias conforme necessário.

Proposta 24: Fortalecimento das Políticas para as Mulheres.

Ações Estruturantes:

- Ampliar o orçamento da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, que hoje tem apenas R\$ 36 milhões disponibilizados.
- Implementar novas Casas da Mulher Carioca, tornando-as locais de acolhida, de aprendizado com os maiores variados cursos e direcionamento para o mercado de trabalho.
- Aumentar o número de Centros de Atendimento à Mulher – CEAMs, descentralizando no maior número de bairros possível.
- Ajuda e acompanhamento psicológico para as mulheres vítimas de quaisquer violências.

- Fomentar novas redes de empreendedoras individuais e fortalecer as já existentes.
- Ampliar o combate ao assédio nos transportes públicos, através de ações efetivas da Guarda Municipal.
- Firmar parcerias entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres e outras pastas no combate ao sexismo.

Proposta 25: Promoção de Políticas Públicas para uma Vida Digna e Ativa para a População Idosa.

Ações Estruturantes:

- Assegurar os direitos do idoso criando condições para promover sua autonomia, interação e participação social, conforme a Política Nacional do Idoso.
- Tornar o Rio uma cidade inclusiva e promotora de condições para uma vida longa, saudável e ativa, através de incentivos às pessoas da terceira idade, à independência necessária para o ir e vir, ao uso dos equipamentos e serviços públicos, à prática de atividades físicas e culturais.
- Fortalecer institucional e orçamentariamente a Secretaria Municipal de Envelhecimento Saudável.
- Ampliar o número de Casas de Convivência, incentivando a cultura, a interatividade e o cuidado com a pessoa idosa, evitando o isolamento através do estímulo ao convívio coletivo.
- Promover ações contínuas de combate à violência contra a pessoa idosa, bem como ao etarismo.
- Cadastrar mais idosos em situação de vulnerabilidade social nos programas de transferência de renda da Prefeitura, bem como garantir, junto à Secretaria de Assistência Social, a execução da política de proteção social às pessoas idosas em situação de risco social.
- Melhorar os projetos de atividades físicas oferecidos pela Prefeitura e ampliar o número de idosos praticantes.
- Criar um programa que leve até a residência do idoso carioca um agente que o auxilie nos mais diversos cadastros a que tem direito, bem como nas orientações pertinentes ao acesso aos serviços da Prefeitura.
- Unir forças com a Secretaria de Saúde na promoção de uma política municipal de saúde da pessoa idosa e rede de atenção.

Proposta 26: Ampliação das Casas de Convivência para Idosos.

Ações Estruturantes:

- Ampliar as casas de convivência para diferentes bairros, garantindo que mais idosos tenham acesso a esses espaços de socialização e atividades.
- Oferecer uma ampla gama de atividades, como oficinas de artes, cursos de culinária, palestras educativas e grupos de leitura, promovendo o engajamento social e o bem-estar mental.
- Implementar programas de saúde e bem-estar nas casas de convivência, incluindo aulas de ioga, meditação e sessões de fisioterapia, focados nas necessidades da população idosa.
- Disponibilizar transporte gratuito ou subsidiado para os idosos que desejam frequentar as casas de convivência, facilitando o acesso e promovendo a inclusão.

11. RIO, CAPITAL DOS ANIMAIS

O compromisso com a proteção e o bem-estar dos animais é um pilar fundamental para transformar o Rio de Janeiro em uma cidade que valoriza e respeita todas as formas de vida. A proposta "Rio, Capital dos Animais" busca implementar políticas abrangentes para promover o respeito aos animais domésticos, silvestres e aquáticos, além de fortalecer a fiscalização ambiental e melhorar os serviços veterinários. Entre as principais ações estão o fortalecimento da patrulha ambiental, a implementação de um voucher de castração universal, os atendimentos veterinários gratuitos de alta complexidade e o desenvolvimento de um programa de lar temporário remunerado para resgate de animais. Também é preciso dar mais transparência aos tratamentos veterinários que são ofertados atualmente pela Prefeitura e garantir orçamento vinculado para garantir o custeio dessa política pública. Para ampliação dos programas de saúde animal a decisão será por um novo modelo que credenciará clínicas e hospitais privados para ampliação de capilaridade. O modelo já é implementado na saúde humana no SUS. Estas iniciativas visam não apenas a proteção dos animais, mas também a educação e conscientização da população sobre a importância do cuidado e da preservação das espécies, tornando o Rio de Janeiro um modelo de cidade comprometida com o bem-estar animal.

Diretrizes para o Rio Capital dos Animais:

- Implementar campanhas educativas e de conscientização sobre a importância do respeito e cuidado com todos os tipos de animais, incentivando a população a adotar práticas responsáveis.
- Desenvolver e aplicar políticas abrangentes de proteção animal, incluindo regulamentos que garantam o bem-estar dos animais e a punição de maus-tratos.

- Estabelecer um programa de lar temporário para animais resgatados, oferecendo remuneração e suporte para famílias, indivíduos e organizações não governamentais que acolhem temporariamente esses animais até sua adoção definitiva.
- Garantir financiamento adequado e contínuo para “hospitais veterinários atualmente existentes”, assegurando a prestação de serviços de qualidade e o acesso universal aos cuidados veterinários.
- Modernizar a infraestrutura e os serviços dos hospitais veterinários municipais, tornando-os mais eficientes, acessíveis e capazes de atender à demanda crescente por cuidados veterinários.
- Fortalecer a patrulha ambiental, especializada e equipada para proteger a fauna local, realizar resgates e fiscalizar a aplicação das leis de proteção animal.
- Oferecer vouchers de castração gratuitos para todos os animais domésticos, contribuindo para o controle populacional de animais e a prevenção de abandonos.
- Reforçar a fiscalização de crimes de maus-tratos, garantindo a aplicação rigorosa das leis de proteção animal e a punição de infratores.
- Desenvolver parques e áreas de lazer dedicadas aos animais, proporcionando espaços seguros e adequados para recreação e socialização.
- Aumentar as ações de adoção de animais, trazendo também parcerias privadas.
- Trazer o atendimento gratuito de alta complexidade (Cirurgias ortopédicas, oncológicas).
- Estabelecer um novo modelo de saúde animal gratuita através do credenciamento de clínicas e hospitais privados com maior capilaridade.

Proposta 1: Promoção do Pleno Respeito aos Animais Domésticos e Silvestres.

Ações estruturantes:

- Fortalecer a patrulha ambiental através da melhoria de equipamentos, cursos e ampliação de efetivo necessário para atuar nas Áreas de Planejamento para a proteção e resgate de animais domésticos e silvestres.
- Implementar campanhas educativas sobre o bem-estar animal e a importância da preservação das espécies.
- Estabelecer parcerias com ONGs e universidades para monitorar e proteger habitats naturais.
- Regulamentar e cumprir integralmente a legislação municipal sobre o tema
- Aumentar as ações de reintrodução de fauna em áreas urbanas.
- Regulamentar multa e ressarcimento de custos veterinários a ser cobrada ao infrator em casos de maus-tratos na cidade.
- Aumentar o investimento na Fazenda Modelo, ampliar o acesso ao público para ações em benefícios dos animais que lá se encontram e manter esses animais testados, vacinados e catalogados.

- Criar o portal de transparência da Fazenda Modelo com número de animais, catálogo de todos os animais e investimentos mensais para utilização como parâmetro para a proposta 3 (Lar Temporário Remunerado).

Proposta 2: Implementação de Políticas de Proteção e Pesquisa Animal.

Ações estruturantes:

- Credenciar clínica veterinária para a realização de castração gratuita na rede credenciada.
- Implementar programas de controle populacional de animais de rua através de campanhas de castração e adoção responsável.
- Realizar monitoramento contínuo da eficácia do programa de castração e ajustes necessários.
- Combater ações de caça nas florestas urbanas e unidades de conservação.

Proposta 3: Criação do Programa de Lar Temporário Remunerado.

Ações estruturantes:

- Criar um sistema de cadastro para protetores e ONGs interessadas em fornecer lares temporários.
- Estabelecer um sistema de remuneração justa para protetores e ONGs que cuidam de animais vítimas de maus-tratos.
- Implementar um sistema de acompanhamento para garantir o bem-estar dos animais em lares temporários.
- Realizar campanhas para incentivar a adoção definitiva dos animais em lares temporários.

Proposta 4: Estabelecimento do Orçamento Vinculado para Hospitais Veterinários.

Ações estruturantes:

- Divulgar de forma clara e ampla quais tratamentos serão oferecidos nos hospitais veterinários, garantindo que a população esteja bem informada.
- Assegurar um orçamento vinculado e adequado para o custeio e operação dos hospitais veterinários, garantindo a sustentabilidade financeira.
- Oferecer programas de capacitação contínua para os profissionais que atuam nos hospitais veterinários, mantendo-os atualizados com as melhores práticas e avanços na área.
- Investir na modernização da infraestrutura e aquisição de equipamentos avançados para atender à demanda e melhorar a qualidade dos serviços prestados.
- Formar parcerias com universidades para fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de práticas veterinárias avançadas, promovendo inovação e excelência nos serviços.

Proposta 5: Alteração do Modelo de Hospitais Veterinários.

Ações estruturantes:

- Ampliar a rede de credenciamento de clínicas particulares.
- Criar uma tabela padronizada de procedimentos e valores para clínicas veterinárias e hospitais credenciados.
- Ampliar o modelo para alta complexidade (Cirurgias ortopédicas, oncológicas etc).
- Valorizar os empreendedores e todas as carreiras ligadas ao bem-estar animal.
- Implementar sistemas de transparência e controle para garantir a qualidade do atendimento.
- Valorizar e apoiar os profissionais veterinários locais para fortalecer a rede de atendimento.

Proposta 6: Estabelecimento de Programa de Incentivo ao Bem-Estar Animal Perdidos.

Ações estruturantes:

- Encaminhar, logo no início do ano legislativo, um projeto de lei para a Câmara de Vereadores visando a criação de incentivos fiscais de ISS para ONGs e projetos dedicados à adoção e cuidado de animais perdidos, promovendo o engajamento e a sustentabilidade dessas iniciativas
- Criar o Portal do Programa Municipal de Incentivo ao Bem-Estar Animal para divulgação de editais com disponibilidades financeiras para sites, blogs e redes sociais que promovam e incentivem a adoção de animais.
- Desenvolver programas de capacitação e formação para voluntários que atuam em ONGs e projetos de bem-estar animal, garantindo que esses voluntários estejam bem preparados para cuidar dos animais e promover a adoção de forma eficaz.
- Criar sistema de monitoramento e avaliação contínua da eficácia das iniciativas apoiadas, garantindo que os recursos sejam utilizados de forma transparente e eficiente, como forma de maximizar o impacto positivo das ações e assegurar a prestação de contas à sociedade.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compromisso com a Implementação e Acompanhamento do Plano de Governo: O compromisso com a implementação e o acompanhamento deste plano de governo é inabalável. A concretização das propostas apresentadas exige não apenas a elaboração de políticas eficazes, mas também uma execução rigorosa e monitoramento contínuo. Desde o primeiro dia de governo, serão estabelecidos mecanismos de avaliação e controle para assegurar que cada ação planejada seja realizada com eficiência, transparência e responsabilidade. Esse compromisso inclui a prestação de contas regular à população, garantindo que os cidadãos estejam sempre informados sobre o progresso e os resultados das iniciativas governamentais. A implementação bem-sucedida deste plano depende da colaboração entre o governo, os servidores públicos e a sociedade, trabalhando juntos para alcançar as metas estabelecidas e superar os desafios.

Convite à Colaboração de Todos os Setores da Sociedade para a Construção de uma Cidade mais Justa, Segura e Sustentável: Todos os setores da sociedade são convidados a se juntar na construção de uma cidade mais justa, segura e sustentável. A participação ativa de cidadãos, empresas, organizações não governamentais, instituições acadêmicas e demais atores sociais é essencial para o sucesso deste plano de governo. A governança participativa, que valoriza o diálogo e a colaboração, é a chave para a formulação de políticas públicas eficazes e inclusivas. Juntos, é possível identificar as necessidades e prioridades da população, desenvolver soluções inovadoras e mobilizar recursos para promover o desenvolvimento sustentável. A cooperação e o engajamento de toda a sociedade são fundamentais para criar um ambiente onde todos os cidadãos tenham oportunidades iguais de prosperar e contribuir para o bem comum.

Manifestação de Confiança na Capacidade de Transformação e Progresso do Município com Base nas Propostas, Diretrizes e Ações Estruturantes Apresentados: Há plena confiança na capacidade de transformação e progresso do município com base nas propostas, diretrizes e ações estruturantes apresentadas neste plano de governo. O potencial da cidade para superar os desafios e alcançar um futuro mais seguro, próspero, inclusivo e sustentável é reconhecido. Os princípios de transparência, eficiência, inclusão social, equidade e sustentabilidade guiarão todas as ações e decisões. O objetivo é criar um ambiente de confiança mútua, onde a administração pública e a sociedade civil trabalhem juntas em prol do desenvolvimento econômico e social. Com determinação, compromisso e a participação ativa de todos, o município pode se transformar em um modelo de gestão pública eficaz e inovadora, promovendo a qualidade de vida e o bem-estar de toda a população.

Por fim, reafirma-se o compromisso com um governo que coloca os interesses dos cidadãos em primeiro lugar. Cada cidadão é convidado a unir-se neste governo de transformação, colaborando para construir uma cidade mais justa, segura e sustentável para as atuais e futuras gerações. Com o seu voto de confiança, é possível fazer a diferença e alcançar o progresso desejado por todos.

Rio de Janeiro, 06 de agosto de 2024.

Marcelo Queiroz e Teresa Bergher